

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE - CONSEMA**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e nove, realizou-se a Décima Segunda Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, na sede da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, situada na Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Clóvis Ilgenfritz da Silva**, Secretário de Coordenação e Planejamento **Sr. Renato Ferreira**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Telton Elren Correa**, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicações; **Sr. Leonardo Beroldt**, Representante do Secretário de Agricultura e Abastecimento; **Sra. Mara Sasso**, Representante da Secretária de Educação; **Ten. Cel. Nelsonhoner da Rocha**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Carlos Alberto Jacques de Castro**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sra. Clarice Mello Guimarães Mautone**, Representante do Secretário Desenvolvimento para Assuntos Internacionais; **Sra. Marília de Lavra Pinto**, Representante do Secretário da Cultura; **Sra. Annete M. Piccoli e Sra. Rejane Lima**, Representantes do Secretário de Obras Públicas, Saneamento e Habitação; **Sr. Francisco Bragança**, Representante da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sra. Kathia Vasconcellos Monteiro**, Representante Titular do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Edi Xavier Fonseca**, Representante Suplente da AGAPAN; **Sr. Lúcia Anello**, Representante Suplente do Centro de Estudos Ambientais; **Sr. Sandor Arvino Grehs**, Representante Titular de Instituição Universitária Pública; **Sr. Mario Buede Teixeira**, Representante Titular de Instituição Universitária Privada; **Sra. Maria Cristina Flora Souza**, Representante Suplente do DRNR; **Sr. Jackson Müller**, Representantes Suplente da FAMURS; **Sr. Hugo Springer**, Representante Suplente da FIERGS; **Sr. Paulo R. Müller**, Representante do Comitê de Bacias Hidrográficas; e **Sr. Claudio Langone**, Representante da FEPAM e Secretário Executivo do CONSEMA. Participaram também o Sr. Antenor Pacheco Netto, Diretor Técnico da FEPAM, Sr. Renato das Chagas e Silva, Técnico da FEPAM, Sr. Gustavo Trindade, Chefe da Assessoria Jurídica da FEPAM, Sra. Luiza Falkenberg da FIERGS, Sr. Fábio Silveira Vilella, Representante do CLEPEI e Sra. Maria de Fátima Santos, Cidadã de Porto Alegre. Após assinatura do livro de presenças, verificação do quorum e apresentações, o Sr. Presidente deu início à reunião, procedendo a leitura das comunicações: a FARSUL, comunica que o seu representante titular, José Roberto Weber, não estará presente nessa reunião;- Of. nº 34/99-Centro de Estudos Ambientais-propõe, ao Conselho, a realização de uma reunião Extraordinária para tratar sobre os Transgênicos. Registrou a presença do Secretário Clóvis Ilgenfritz, Secretaria do Planejamento, que prestigia com sua presença. Em seguida procedeu a leitura da **Ordem do Dia**. Primeiro ponto: **criação da SEMA**, o segundo ponto: **Código Estadual do Meio Ambiente**, para o qual designamos um grupo de trabalho para apreciar o assunto e trazer informe a essa reunião. Esse grupo de trabalho foi criado e referendado pelo Pleno do CONSEMA. Terceiro ponto: **funcionamento das Câmaras técnicas**; Quarto ponto: **relato sobre a situação da Celulose Cambará**; Quinto ponto: **Projeto de Lei 299/98, que altera o art. 18 do Código Florestal**, sobre a reposição florestal que está na ordem do dia, na Assembléia Legislativa, e foi solicitado aqui pelo CONSEMA. Alguma proposição de inclusão, ou ponto extraordinário na pauta. **Ten. Cel. Nelsonhoner da Rocha**: Sr. Presidente, eu gostaria de usar da palavra para dizer da satisfação de termos participado da abertura da Semana do Meio Ambiente. Em contra partida, queremos tornar público, até por recomendação do próprio Comando, que o evento realizado no Teatro São Pedro expressou a importância da criação da nossa Secretaria. Mas em contra partida, no sentido de fazer um assessoramento ao nosso Presidente, que será o Secretário do Meio Ambiente, digo que houve algumas falhas que comprometeram o sucesso do evento, que foram as seguintes: por ocasião da abertura daquele ato solene e de fundamental importância, a Corporação da Brigada Militar foi esquecida, ao deixar de ser referenciada pelas autoridades que usaram da palavra(Diretor-Presidente da FEPAM e Governador do Estado). Primeiro, a Brigada é uma Instituição permanente do povo gaúcho e que, por via de conseqüência, não podemos descuidar desse detalhe, pois ela faz parte da história do Rio Grande do Sul; segundo, porque o Comandante Geral da BM e eu estávamos ali, naquele momento, representando o Comandante da Instituição e eu do Batalhão de Polícia

52 Ambiental e, em nenhum momento a Corporação ou seu Comandante foram referenciados pelas
53 autoridades que usaram da palavra. O próprio comando-geral deve ter-se posicionado para o Sr.
54 Governador do Estado. Eu também fiquei comprometido de referenciar o ocorrido a esse Corpo Técnico,
55 que sentimos muito, pois fomos convidados, estivemos presentes, e sequer, como Instituição, ou como
56 chefe de uma Instituição, fomos referenciados no momento. Gostaria de que fosse registrado em Ata, para
57 que, no futuro, possamos, cada vez, mais aperfeiçoar essa Instituição e essa Secretaria (BM e SEMA), que
58 são por demais importante para todos nós, que vivemos e morremos em função do meio ambiente. Temos
59 que preservar esse meio ambiente e temos que ter esse convívio amigo e profissional dentro de todos os
60 órgãos que fazem parte do Governo, essa é a parte da Brigada Militar, da Secretaria da Segurança Pública.
61 Obrigado. **Sr. Presidente:** acolhemos o registro da Brigada Militar, será repassado ao cerimonial do
62 Palácio Piratini, ao responsável pelo registro das autoridades . Para informação de todos, a regra,
63 comumente, usada pelo Cerimonial do Palácio Piratini é de que se listem todas as autoridades presentes e
64 que ocorra a citação do conjunto das autoridades somente uma única vez pelos membros da Mesa através
65 da fala do Governador do Estado. Existe um regramento, por parte do Palácio e vamos passar ao
66 cerimonial do Palácio Piratini, no sentido de que o mecanismo de registros de presenças das autoridades
67 seja corrigido. **Ten. Cel. Nelsonhoner da Rocha:** em nenhum momento, se o Senhor escutar a fita, a
68 Instituição Brigada Militar, ou seu Comandante, que estava sentado na primeira fileira, foi citado, essa é a
69 nossa observação. **Sra. Lúcia Anelo:** houve um acidente com um comboio de trem que carregava
70 gasolina, próximo ao Distrito de Povo Novo, Rio Grande. Quero registrar aqui o bom procedimento da
71 FEPAM, em relação ao acidente pois, tomou os procedimentos necessários. Também gostaria de propor
72 uma Moção, solicitando à empresa e os demais órgãos do Governo que tomem as atitudes necessárias para
73 a recuperação daquele local, já que o lençol freático foi contaminado. **Sr. Presidente:** sugeriu a
74 Conselheira Lúcia, que fosse feita a redação da Moção sendo aprovada no ponto de assuntos gerais. **Sr.**
75 **Francisco Bragança:** recebeu dois xerox, que procurou mostrar aos colegas, apenas para mostrar uma
76 visão, ou seja, como é visto para o autor a questão do meio ambiente, e também encaminhei para o
77 Presidente uma cópia do trabalho completo, não que isso seja tomado como verdade, mas apenas como
78 visão de um determinado grupo sobre a questão. Eu até comentava ao Presidente que muitas das nossas
79 manifestações, às vezes, permeiam esse encaminhamento na questão ambiental. **Sr. Presidente:** passamos
80 então ao primeiro ponto de pauta. Como todos sabem, o Projeto de Lei que cria a Secretaria do Meio
81 Ambiente foi encaminhado à Assembléia Legislativa no dia 16 de maio, com pedido de tramitação de
82 urgência. Teve tramitação na Assembléia Legislativa, principalmente, através da Comissão de Saúde e
83 Meio Ambiente, da Comissão de Constituição e Justiça, nas quais estivemos apresentando as diretrizes e o
84 Projeto de Lei da SEMA no dia 10 de Julho. A Comissão de Saúde e Meio Ambiente, com a presença
85 significativa de Deputados, comprometeu-se a encaminhar uma tramitação rápida para o processo, e todos
86 os Deputados presentes na Comissão externaram seu voto favorável à criação da Secretaria. Estavam lá
87 Deputado Fareque, que presidiu a sessão, o Deputado Bonow, Deputado Busatto, Deputado Ciro,
88 Deputada Cecília, Deputado Osmar Severo, talvez mais alguns, e várias pessoas aqui presentes
89 acompanharam a sessão. O Deputado Germano Bonow, que foi designado pela Comissão de Constituição
90 e Justiça como relator desse Projeto de Lei, apresentou uma série de observações gerais de
91 aprimoramento, e levou esse conjunto de sugestões ao Pleno da Comissão de Constituição e Justiça. O
92 Governo disponibilizou ao Deputado Bonow e aos demais Deputados, designados pela bancada, para
93 acompanhamento desse assunto na CCJ, todos os esclarecimentos necessários, foram feitas reuniões,
94 esclarecimento, e o Projeto de Lei foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do
95 Deputado Bonow favorável, com restrições. Mas, no início da semana passada, o Deputado Bonow
96 observou alguns elementos relativos a constitucionalidade e, principalmente observou a ausência da
97 Secretaria da Saúde na composição de dois Conselhos em função de que, com a separação da Secretaria
98 de Saúde e Meio Ambiente, a Secretária da Saúde ficaria fora do Conselho Estadual do Meio Ambiente e
99 também do Conselho deliberativo do Pró-Guaíba. Ele sugeriu a reinclusão da Secretaria de Saúde, o que
100 teve o acordo da bancada do Governo, sugerindo ainda alguns outros elementos de aprimoramento do
101 Projeto, que foram levadas ao CCJ, onde o Projeto foi aprovado por unanimidade, 10 votos a zero. Após
102 isso, tivemos o Projeto em tramitação com a designação de Deputados de todos os Partidos, que ficaram

103 com a deliberação de estudar o assunto, pelos seus partidos, e de apresentar relatório nas bancadas. E
104 havia um indicativo de votação desse Projeto na última terça-feira, em função do art. 62, que é o que
105 determina 30 dias, ou seja o art. 62 faria com que esse Projeto de Lei fosse votado na terça-feira, sob pena
106 de obstrução total da pauta. A pauta da Assembléia está em véspera de recesso, e começa, no próximo dia
107 primeiro, com cerca de 15 Projetos de interesses do Governo para serem analisados, vários deles bastantes
108 complexos como o Plano Plurianual e o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em função da
109 necessidade de que algumas emendas dos responsáveis nas bancadas fossem analisadas, antes de irem a
110 Plenário, de maneira a conseguir uma negociação em torno das emendas, uma vez que nesse momento só
111 cabem emendas apresentadas pelos Líderes em Plenário, se promove um acordo de lideranças, retirando
112 da pauta, na última terça-feira, a apreciação do Projeto, e adiando a votação para a próxima terça-feira.
113 Então, a última informação que nós temos por parte da Assembléia é que acordo de Líderes encaminha
114 para isso, no sentido de que esse Projeto seja apreciado pela Assembléia Legislativa, na próxima terça-
115 feira. Nesse ínterim, estão sendo feitas várias conversações, pela Casa Civil, que é o órgão responsável, no
116 Governo, pelas relações com o Poder Legislativo, com o acompanhamento nosso - Fundação Estadual de
117 Proteção Ambiental, futura Secretária do Meio Ambiente, no sentido de compatibilizar as preocupações
118 em emendas acordadas, ou esclarecimento de situações que evitem votações no Plenário, que alterem
119 significativamente o espírito do Projeto. O governo está fazendo um esforço no sentido de que as
120 próximas emendas, que vão ser apresentadas, não promovam alterações significativas em relação ao
121 cômputo original de competência, aprovada nesse Conselho e transformada em Projeto de Lei por parte
122 do Governo. **Sra. Edi Fonseca:** há tempo de alterar ou corrigir algum artigo? **Sr. Presidente:** através de
123 apresentação de emendas de líderes, sim, diretamente em Plenário. **Sra. Edi Fonseca:** no art. 10º, com
124 relação ao Pró-Guaíba. O Conselho Deliberativo Pró-Guaíba denomina todos os componentes desse
125 Conselho e, existe uma deliberação do movimento ecológico, através dos encontros estaduais, que não se
126 citem mais entidades, nominalmente, mas cinco, três, entidades do movimento ecológico e, no Conselho é
127 coloco, nominalmente, as três entidades que hoje fazem parte do Conselho Pró-Guaíba, não teria como
128 retificar, não denominar as entidades. **Sr. Presidente:** a posição que o Governo tem discutido em relação
129 a introdução de modificações é de que, todos esses aperfeiçoamentos, sejam feitos posteriormente, de
130 maneira que não seja o próprio Governo a modificar o Projeto que foi enviado e que teve um determinado
131 momento de maturação. Foi um momento histórico que determinou que fossem nominadas. A proposta é
132 um critério mais aberto, como é no caso do CONSEMA, mas o entendimento do Governo é de que
133 alterações propostas pelo próprio Governo, nesse momento, em relação aos aspectos que podem ser
134 aperfeiçoados. Posteriormente, não seriam encaminhadas para o bom andamento das negociações. **Sr.**
135 **Renato Ferreira:** mas a proposta do Deputado Bonow é a inclusão da Secretaria da Saúde? **Sr.**
136 **Presidente:** sim. **Sr. Renato Ferreira:** vai criar a situação de quebrar a paridade do Conselho
137 Deliberativo Pró-Guaíba, metade Governo, metade Sociedade Civil. **Sr. Presidente:** a proposição do
138 Governo em relação a isso foi para a situação do CONSEMA. Havia um entendimento, em relação a
139 paridade no caso do CONSEMA, que na verdade não é paritário, porque se cortou a paridade a partir das
140 letras, das cláusulas. E há uma cláusula na Lei do CONSEMA que estabelece cinco representantes das
141 entidades ambientalistas. Então, o CONSEMA é, hegemonicamente sociedade civil, é o que se fez no caso
142 do CONSEMA, incluindo a Secretária de Saúde, não se alterou essa paridade, porque na verdade não
143 existe, e ainda se manteve a hegemonia da sociedade civil. No caso específico do Conselho Deliberativo
144 do Pró-Guaíba, dada a insistência do Deputado Bonow de não deixar fora a Secretaria da Saúde e Meio
145 Ambiente, com a qual nós concordamos, foi feita a proposição da inclusão da ABESA - Associação
146 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, foram feitas por três representações dos partidos que
147 estavam nessa negociação PMDB, PFL e PTB, resolveram então não fazer alteração da paridade. **Sr.**
148 **Renato Ferreira:** mas nessa emenda poderia ser incluída, essa alteração das entidades ecológicas que
149 estão propondo? **Sr. Presidente:** por emenda do Governo, sim. A diretriz que nós temos trabalhado, a
150 orientação que a Casa Civil tem trabalhado, é a de que possamos acolher algumas emendas, que se evite a
151 votação no plenário sobre os aspectos do Projeto e que, preferencialmente, o Governo não promova as
152 alterações no Projeto que mandou à Assembléia. Isso como regra, pode-se avaliar com a Casa Civil, a
153 princípio nossa idéia é de que poderia ser aperfeiçoado, como deve ser para outros Conselhos também. **Sr.**

154 **Francisco Bragança:** no art. 7º fica instituído um Conselho de Recursos Hídricos, ele já existe, já existia.
155 **Sr. Presidente:** esses itens foram propostos, eles são transcrições das Leis existentes. Francisco Bragança:
156 Então ele fica com a mesma composição que tinha. **Sr. Presidente:** a outra alteração é a alteração da
157 Presidência. **Ten. Cel Nelsonhoner da Rocha:** no art. 10, também em relação ao constituição do
158 Conselho Deliberativo, digamos que a Secretaria de Segurança Pública, através da Brigada Militar,
159 deveria também ser acrescentada, até porque, nos 467 Municípios existem representantes da Brigada.
160 Nesse tipo de atividade é difícil não encontrar a Brigada participando junto aos demais órgãos.
161 Entendemos uma omissão aqui, no que diz respeito à Secretaria de Segurança Pública e Brigada Militar,
162 nesse detalhe, pretendemos ainda incluir. **Sr. Presidente:** temos cerca de quinze ofícios dirigidos a
163 entidades diversas, solicitando assento nesse Conselho e nos demais Conselhos. A opção do Governo é no
164 sentido de que se faça uma reavaliação geral da correlação desses Conselhos. Os aperfeiçoamentos mais
165 devidos na composição, nesse momento, não podem ser feitos, sob pena de que se tivesse que fazer uma
166 avaliação discricionária. Se aumenta o número de Conselheiros nesses Conselhos, ou se retira alguém para
167 por Conselheiros novos de maneira a manter a proporção. O que o ideal seria que não se aumentasse
168 muito o número, mas sim que se fizesse uma avaliação da situação de comparecimento, de grau de
169 empenho das Instituições representadas no Conselho e de seu funcionamento e, a partir daí, se fizesse uma
170 sugestão de que passasse pelos próprios Conselhos, no sentido da sua requalificação. O que seria
171 equivocado, se fosse feita de maneira discricionária: o Governo promovesse alterações significativas de
172 qualidade, seja retirando, ou seja, principalmente, ampliando o número de Conselheiros, em função de que
173 isso poderia comprometer o próprio funcionamento dos Conselhos, alguns deles com dificuldade para a
174 sustentação de quórum. Esse é um dos elementos que nós vamos discutir em relação ao próprio Conselho,
175 nas Câmaras Técnicas, e que está na pauta de hoje. Nós temos várias Câmaras Técnicas paralisadas por
176 falta de quórum. **Ten. Cel. Nelsonhoner da Rocha:** entendo que todas as demais Secretarias, via de
177 regra, nas suas atividades se socorrem da Brigada Militar, da Secretária de Segurança Pública. A
178 Secretaria não consta aqui, e quase todas as ações diretas ou indiretas dos demais órgãos envolvidos
179 pedem o apoio, a participação direta da Secretaria de Segurança Pública através da Brigada Militar,
180 inclusive no evento de que ela falou, sobre o tombamento. A Brigada Militar, através de seus dois órgãos,
181 Bombeiros e Ambiental estão, desde o início trabalhando. Inclusive, ontem à noite, 21:30 horas, recebi
182 um comunicado da FEPAM para apoiar, o funcionário da FEPAM que está lá, no sentido de que pudesse
183 prevalecer suas ordens. É importante salientar que todos os órgãos são importantes, muitos destes que
184 estão aqui, e só se faz valer a parte técnica quando se tem o apoio da Brigada, senão, via de regra,
185 costumam passar por cima e não aceitar as ordens dos Agentes autorizados no cumprimento da missão.
186 **Sr. Presidente:** nosso posicionamento em relação a discussão, sobre a composição dos Conselhos, é de
187 que seja discutida de maneira que não sejam introduzidas modificações por decisões unilaterais do
188 Governo. Temos que ter uma avaliação de como vem funcionando os Conselhos, uma apreciação de todas
189 as solicitações de assentos nos Conselhos que temos recebidos, que são muitas, e a partir daí uma sugestão
190 dos próprios Conselheiros para alteração da Lei. **Sr. Renato Ferreira:** queria uma confirmação, na
191 Comissão de Justiça, teria sido retirado o art. 11, que condiciona a passagem do Pró-Guaíba para a nova
192 Secretaria? Há um acordo com o Banco, tendo em vista o andamento do contrato internacional. Nesse
193 momento esse artigo não conta mais no Projeto de Lei? Queria essa informação. **Sr. Presidente:** foi feita
194 uma manifestação por todos os três partidos, que participaram da negociação, em relação a isso, no
195 sentido de dizer que a forma de negociação do Governo não é dada por uma instituição externa, é dada
196 por ele mesmo. Esse elemento, do condicionamento, não caberia, do ponto de vista da
197 constitucionalidade, no Projeto de Lei e, em função disso, foi feito um acordo e retirada dessa cláusula
198 condicional, pois havia esse entendimento de que não se podia fazer essa cláusula, para uma Lei, e o
199 entendimento de que essas três bancadas e, são bancadas bastantes significativas na Assembléia, de jeito
200 algum aprovariam um Projeto de Lei que tivesse uma condicionante desse tipo. As três bancadas foram
201 bastante enfáticas em relação a isso, o PFL, o PTB e o PMDB. **Sr. Renato Ferreira:** o programa se
202 estrutura a partir de um contrato de financiamento internacional, onde tem como partes o Governo do
203 Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nós estamos em andamento
204 no primeiro módulo do programa, ainda faltando aportar, por parte do Banco, 30 milhões de dólares e, por

205 parte do Estado, 40 milhões de dólares. Entre as cláusulas do contrato, tem a que fala da suspensão do
206 desembolso por parte do Banco. Essa suspensão pode ocorrer, se houver qualquer modificação ou
207 alteração do órgão executor principal do programa, sem a devida aprovação por escrita do Banco. Então,
208 esse artigo nos resguardava para futuras negociações com o Banco, já que essas negociações não foram
209 decididas anteriormente ao envio do Projeto a essa Assembléia. Vejo que a retirada desse artigo fragiliza e
210 coloca em risco o reembolso do programa, que nesse momento tem obras importantes em andamento,
211 principalmente na cidade de Porto Alegre, através do DMAE, com desembolso mensal em torno de 700
212 mil reais. E também a informação, a partir do relatório que nos chegou ontem do Banco, na posição
213 preliminar da missão do Banco, de que recomendariam que o programa continuasse com a execução
214 principal da Secretaria do Planejamento, até o final do primeiro módulo. Somando essas duas
215 informações, quero dizer que, na qualidade de Coordenador do Programa, fico bastante preocupado, pois
216 fica demonstrado que vai ser necessário uma conversa melhor com o Banco, será necessária para a
217 formalização da Lei do Fundo Pró-Guaíba. Os Deputados do PFL, do PMDB, dizem que estamos
218 subordinados aos interesses internacionais, como se eles tivessem moral para isso. É um problema
219 político-ideológico. Mas a verdade é que essa emenda, proposta da oposição do nosso Governo, fragiliza
220 e coloca em risco uma das únicas fontes de capitalização de recursos que temos e, como disponibilidade
221 de recursos de investimentos nesses primeiros anos de Governo, especialmente na área da agricultura, que
222 nós temos uma previsão em torno de 7 e 8 milhões de dólares para seu investimento. Então, se as coisas
223 estivessem acontecido separadas, acho que iria bem, mas aconteceu no mesmo momento em que temos
224 informação de que foi retirado esse artigo, que resguardava nossa relação com o Banco. Chegou também
225 informações do Banco de uma posição preliminar. Em função de que esse condicionamento seja colocado,
226 ou que se acelere as relações com o Banco. Fica demonstrado que vai ter que se dar uma aprofundada
227 melhor na conversa com o Banco, sob pena de nós termos uma suspensão desse reembolso, no momento
228 em que o Projeto for aprovado. Estou colocando a minha preocupação, pois tenho responsabilidade como
229 Coordenador. **Sra. Lúcia Socoowisk Anelo:** se eu pude compreender bem essa colocação, o Banco
230 Interamericano condiciona em que termos, no programa isso não está? **Sr. Leonardo:** está no contrato,
231 esclarecendo que é o contrato na verdade entre Governo e o Banco, nele tem uma cláusula que condiciona
232 qualquer alteração por parte do Governo do Estado, alguma mudança na estrutura do programa dá
233 prerrogativa para que o Banco possa suspender seu empréstimo. **Sra. Lúcia Socoowisk Anelo:** no Projeto
234 de Lei, a estrutura do Programa fica intacta? **Sr. Presidente:** Fica intacta. **Sra. Lúcia Socoowisk Anelo:**
235 isso é uma novidade para mim. Tu te reportarias ao Secretário de Coordenação e Planejamento, hoje tu te
236 reportas a ele, passará a te reportar ao Secretário do Meio Ambiente. Sendo que ambos tem status de
237 Secretário do Estado, ligados da mesma forma ao Governo, legalmente, juridicamente não tem alteração?
238 **Sr. Renato Ferreira:** a alteração é do executor principal, deixa de ser um órgão do Estado e passa a ser
239 de outro. Órgão Executor é a Secretaria do Planejamento. Essa é a alteração. **Sr. Presidente:** o que o
240 Banco coloca na recomendação é que seria apropriado que, até o término, se mantivesse o mesmo
241 executor, ou seja esses são os termos. O Projeto de Lei original, que nós enviamos a Assembléia,
242 estabelecesse condicionantes, e o companheiro Renato ficou designado para promover as conversações, as
243 consultas ao Banco em relação a isso. Essa recomendação do Banco de que seria mais apropriada essa
244 forma organizativa deve ser recebida pelo Governo, nós tivemos ciência dela hoje pela manhã, e já
245 comunicamos ao Governador, e o nosso entendimento é de que o Governo deve, para resguardar os seus
246 contratos estabelecidos, através das suas instâncias, fazer as avaliações necessárias e fazer traduções em
247 relação a Lei, avaliar se o contrato condiciona a Lei, ou a Lei condiciona o contrato, e ver como faz essa
248 conversação com o Banco, no sentido de que foi na recomendação do que seria mais apropriado, mas foi
249 uma determinação em relação a isso. Como já comunicamos ao Governo a recomendação, a posição do
250 Governo é de que esse programa fique sob a responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente. É isso que
251 consta no Projeto, e a forma de relação com o Banco, os argumentos do Governo para sustentar esse
252 posicionamento serão discutidos nas instâncias internas do Governo. **Sr. Clóvis Ilgenfritz da Silva:** eu
253 acho que, salvo o melhor juízo, nós estamos criando uma condição de risco no próprio Projeto, por que se
254 foi incluído no artigo, é por que havia um entendimento do Governo, nas instâncias internas, as mesmas
255 que não sabem que isso aqui foi retirado, que as instâncias internas do Governo não rediscutiram o Projeto

256 para retirar o artigo . Quem quis retirar foi o Bonow, e um argumento absolutamente difícil de entender,
257 porque eles, que submetem o Brasil ao FMI, não querem que agente cumpra uma cláusula contratual com
258 o Banco, de que constasse na Lei que seria consultado. Não quer dizer que eles vão dizer não, eles vão
259 dizer sim. Na hora em que fizer a consulta eles vão dizer não. O Governo criou uma Secretaria, por bem
260 achou passar a recomendação deles, uma recomendação que nós conhecemos ontem, pois só ontem
261 chegou o documento que foi distribuído aos co-executores. É um documento altamente elogioso, fazem
262 uma coisa que não é feita constantemente, um elogio por escrito que vem lá da Direção-Geral do Banco,
263 que o Projeto Pró-Guaíba estava finalmente num processo exemplar, que a equipe era excelente e que os
264 trabalhos estavam sendo feitos com seriedade. Temos tantas demandas, tantos problemas para conseguir
265 recursos que esse Projeto já foi suspenso por dois meses, claro que nós não deixamos o público saber.
266 Sabiam que estava suspenso, mas que nada parou. Nas conversas com o Banco, que faço em nome do
267 Governo - o Renato e outros companheiros já fizeram também - eles sempre deixaram claro que não iriam
268 interpor problemas, mas que o contrato do Banco com o Governo do Estado, que tem mais de cinco anos,
269 prevê que fica condicionado a saída de uma Secretaria para outra, dê um órgão executor para outro, a uma
270 consulta ao Banco. Eles têm esse entendimento, está no contrato, e nós achamos que isso era
271 desnecessário inserir na Lei, mas foi solicitado. Então o Governo aceitou colocar na Lei, não há nenhum
272 prejuízo estar na Lei, pode haver prejuízo não estando. Foi surpreendente para nós, de ontem para hoje,
273 sabermos que foi retirado pelo PFL, PMDB e PTB. Eu tenho para mim que se nós disséssemos que não
274 queríamos retirar, eles também não fariam objeção. A gente fica no constrangimento em dizer que acha
275 que o art. 11 tinha que permanecer. Nós já tivemos outros riscos, o Projeto não cumpriu o cronograma
276 está atrasado. Então nós estamos fazendo um pedido de aumento de um ano, e já poderá ser um ano e
277 meio, por que eles acenaram com a idéia de ir até o fim do ano que vem, pois o Módulo 02 começaria em
278 2001. Seria bom para nós, são 70 milhões de dólares que têm de ser gasto, que cobrem outros Projetos,
279 daqueles previstos. Claro, com a mudança do câmbio, aumento do dólar, o que antes era mil passou a ser
280 mil e seiscentos. Então isso nos dá um fôlego até para, no Módulo 01 rever e colocar outros projetos, isso
281 é um dado, nós estamos negociando as contrapartidas, deviam mais de quarenta e dois milhões de dólares,
282 não que deviam mais, estavam defasadas. O Banco está com 70% do seu contrato cumprido, e nós apenas
283 40%. E há uma demanda internacional, eles podem de repente dizer não, termina com isso, não fazem o
284 Módulo 02. Não dá para entender porque o Sr. Bonow bolou essa idéia de tirar isso aí. Nós sugerimos ao
285 Presidente do Conselho e ao Secretário do Meio Ambiente, que é quem estão fazendo as negociações com
286 os Deputados, que dissessem não, nós gostaríamos de que permanecesse esse artigo. Eu tenho certeza de
287 que numa conversação eles cederiam, e nós não teríamos que dar explicação para o Banco na hora de
288 consultá-los. Nós estávamos com o Projeto atrasados com as contrapartidas irregulares, com necessidade
289 de pedir uma prorrogação do Módulo 01, com o Plano Diretor não-feito, já era para ter sido feito há muito
290 tempo. Bom, o Plano Diretor é fundamental para os próximos 20 anos, e com algumas questões de
291 prestações de contas, que também não estavam completas, e ainda estávamos com a necessidade de, antes
292 do dia 25 desse mês, entregar a proposta do Módulo 02. Não consultamos sobre isso, se não seria mais
293 uma coisa para dizer e além de tudo eles querem passar para outro lugar. Qual é esse outro lugar?
294 Compreende, é a Secretária do Meio Ambiente, tudo bem, agora eles viram que funcionou, fizeram
295 elogios, disseram: olha, o Módulo 01 seria importante que ficasse, mas se nós dissermos, olha, não vai
296 ficar, eles também não discordariam. Mas para nós Governo, seria importante que ficasse na Lei. Tenho
297 que sair, vim aqui como membro do Conselho, não estava muito a fim de falar, o Renato é o suplente que
298 está no meu lugar, peço desculpas ao Langone, pois sou obrigado a fazer essa colocação. Eu sei que o
299 Langone consultou um dos nossos Colegas, através de outro assessor, e se ele não interpor com veemência
300 um “não” à retirada do art. 11, deixando a coisa muito solta. Eu fiquei sabendo disso agora pelo
301 Secretário, mas mesmo que tivesse acontecido isso, o próprio Governo não se deu conta disso aqui. Tem
302 mais um detalhe, nós estivemos na semana retrasada e anterior em Brasília, através do Renato.
303 Conversamos com o Congresso Nacional, pois havia lá uma demanda muito grave, eles estavam com uma
304 resolução muito grave, de 1998, que acabava criando um problema para os Projetos terem uma
305 prorrogação de prazo, e a resolução dizia que qualquer prorrogação de prazo tinha que passar pelo
306 Senado, que significa meses, demandas políticas, ainda mais agora com o Ministério da Fazenda e os

307 setores do Banco Central, sempre tentando interpor problemas com o Rio Grande do Sul. Nós passamos
308 um tempo lá no Senado e conseguimos uma emenda, em regime de urgência, que passou pela Comissão
309 de Economia e depois pelo Pleno do Senado nessa semana. Ela retirou da resolução o termo, acrescentou
310 prazos e todos os aumentos de prazo de pagamento teriam que passar pelo Senado, os prazos para cumprir
311 programas etc..., não precisaria isso para nós liberou o Banco Interamericano que imediatamente nos
312 comunicou, dizendo que com essa emenda eles poderiam liberar o Módulo 1. Eu tenho medo de que a
313 gente, retirando isso aqui, dê uma demonstração de que nós estaríamos fazendo um jogo, já com cartas
314 marcadas, e não chegar depois, olha terminou. Depois que foi criada a Secretaria, consultamos o Banco no
315 sentido de dizer que queremos que passe para Secretaria tal. Aí eles vão ter que responder, se não
316 responderem, bom vamos ter que demandar, com esse artigo ou sem ele, essa consulta. Com o artigo,
317 ficamos mais autorizados, cumprimos essa parte agora cumpra a de vocês. É uma questão política
318 delicada. **Sr. Sandor Arvino Grehs:** acho que entendi bem a colocação do Secretário do Planejamento,
319 como a do Langone. Agora queria me colocar mais na questão de como o CONSEMA poderá atuar ?
320 Estou me sentindo impossibilitado, nesse escalão que poderia interferir, é fácil tomar conhecimento, mas o
321 que nós poderemos fazer. Na realidade a questão é emergencial que chegou aqui, não sei pelas próprias
322 atribuições do CONSEMA o que poderia ser feito, uma Moção, alguma coisa. Até que ponto poderemos
323 interferir. **Sr. Presidente:** o CONSEMA aprovou o conjunto das atribuições da nova Secretaria e delegou
324 ao Governo a elaboração dos artigos, que expõem sobre a forma organizativa, nas decorrências da
325 competência. Isso foi discutido na reunião anterior do CONSEMA, inclusive a inclusão dessa cláusula foi
326 uma opção do Governo, de maneira a resguardar o cumprimento do contrato com o Banco. Nesse sentido,
327 conversei com o Secretário Clóvis e com o Renato. O encaminhamento adequado é que o Governo faça
328 essa avaliação, inclusive sobre as conseqüências da mudança da negociação com os partidos que levam
329 apreciação do Projeto de Lei, na próxima terça-feira, e tomem as decisões em relação a isso, como já foi
330 informado. Nós comunicamos ao Governo e estamos preocupados no sentido de que se dê continuidade a
331 esse Projeto. A posição do Governo, transcrita no Projeto de Lei, é de que esse programa seja da sua
332 coordenação, a executiva, seja da competência da Secretaria do Meio Ambiente, e o Governo deve avaliar
333 quais são os instrumentos na relação com o Banco a serem colocados. Nossa sugestão, foi sugestão do
334 Secretário Clóvis, de que se discuta com o Palácio, mais especificamente, com a Casa Civil, que é
335 responsável por essas negociações, na relação com as bancadas na Assembléia Legislativa, para ver a
336 melhor forma de solucionar o problema. Essa é a sugestão, e o Conselho fez uma opção de que, nesses
337 casos, que são elementos da forma de organização interna da Assembléia, o Conselho não deliberaria,
338 pelo menos até o presente momento. E as decisões relativa a esse detalhamento e a forma de negociação e
339 as suas conseqüências são ônus do próprio Governo. **Sr. Sandor Arvino Grehs:** então nós não temos
340 nada que fazer sobre o assunto, a não ser torcer para que se acertem. Nós, quando votamos, votamos o
341 que, o que a Secretaria ia fazer; e o ônus e o bônus do acerto ou do erro eventual. Mas se for nessa linha,
342 não se tem o que fazer. **Sr. Presidente:** alguma manifestação sobre o assunto? **Sra. Mara Sasso:** poderia
343 haver uma recomendação a essas Bancadas que emendem a nossa proposta. **Sr. Francisco Bragança:** a
344 sugestão do nosso Secretário de que o Presidente falasse, acompanhado de uma manifestação do
345 Conselho, de apoio a essa iniciativa, seria importante. **Sr. Jackson Müller :** sugeriu uma manifestação
346 objetiva, do Conselho, aos Líderes de Bancada. **Sr. Presidente:** existe uma manifestação do Governo que
347 é anterior a manifestação do Banco, a acolher o parecer desses três partidos em relação a retirada dessa
348 cláusula. Nossa proposição é de que seja avaliada pelo Governo, pois a negociação foi feita em nome do
349 Governo. **Sr. Francisco Bragança:** Então o Conselho encaminha uma sugestão ao Governo? **Sr.**
350 **Presidente:** Sim. **Sr. Clóvis Igenfritz:** espero que isso não seja motivo para transtorno, realmente nas
351 negociações, como captação de recursos, até com a nossa Secretaria, ela tem uma responsabilidade
352 enorme sobre isso. Nós tememos que começar haver uma dispersividade no momento em que não pode
353 haver, precisamos fechar o Módulo 1, .aprovar O Módulo 2. Tem mais 15 anos, se ficar mais um ano aqui,
354 mais meio ano ali, não muda. **Sr. Sandor Arvino Grehs:** concluiu que, até dentro do novo quadro que está
355 se configurando já havia sido sugerido a idéia de Moção; eu proponho então, apesar de nós não termos
356 decidido na outra ocasião, interferir no problema, como fazer as coisas. Nesse caso, que é um caso
357 emergencial, imagino que tenha o consenso dos demais colegas, mesmo que não resolva, vamos tentar

358 trazer uma Moção aos Deputados envolvidos, dizendo que o Conselho Estadual do Meio Ambiente
359 entende que isso deveria ser mantido para resguardar os interesses do Estado. **Sr. Presidente:** como
360 responsável pela negociação, digo que tem sido uma negociação absolutamente delicada, onde esse
361 assunto foi colocado de forma muito enfática. Achamos que essa deliberação por parte do Conselho, pode
362 comprometer o andamento da negociação, e preferimos que o ônus dessa decisão seja do Governo. **Sr.**
363 **Sandor Arvino Grehs:** não seria recomendação ao Governo, mas sim aos Deputados, se não for, não
364 entendo porque esse assunto veio para o CONSEMA. **Sr. Presidente:** o assunto é criação da SEMA, esse
365 assunto veio porque surgiu na discussão. Até por que tem um elemento novo colocado. **Sr. Francisco**
366 **Bragança:** quando o Presidente for, junto às instâncias do Governo para defender isso, ele vai ter mais
367 um apoio do Conselho do Meio Ambiente. Aí está a diferença, na hora de ir aos Parlamentares, aí não é o
368 Conselho quem tem que ir. **Sr. Sandor Arvino Grehs:** mas qual seria a eficácia, eu vejo que na medida
369 que tomamos essa posição, estamos prejudicando, porque parece que o Governo quer ter liberdade de agir
370 sem ter a posição do Conselho. Isso aí é que eu entendi por parte do Langone. **Sr. Presidente:** a posição
371 do Conselho está dada em relação aos Projeto. Trata-se de uma negociação extremamente delicada, o que
372 não parece ser importante na negociação passa a ser vital para determinados Deputados e Lideranças. É
373 uma negociação delicada que está sendo conduzida pela Casa Civil. A decisão de acolhimento das
374 preocupações, levantadas por estes três Partidos, que decidem ou não a aprovação desse Projeto, dentro
375 da Assembléia, foi a emenda mais enfática colocada até o presente momento, em relação ao Projeto de Lei
376 da Secretaria, sem considerar a sutileza das negociações, remeter uma posição desse Conselho a essas
377 Lideranças pode trazer elementos de desestabilização da negociação com as Lideranças, que acabem
378 trazendo um elemento de dificultação do processo ao invés de aprimoramento, certo. Existe a posição
379 manifestada, que não é novidade, foi recebida ontem pelo BIRD, que diz, seria apropriado que se
380 mantivesse a posição do Governo que é enfática. O Governo entende que precisa se reorganizar, precisa
381 ter uma Secretaria do Meio Ambiente, e isso está de acordo com o que o Conselho aprovou e que este
382 programa, assim como outros programas de gestão, bacia hidrográfica, deve estar subordinadas à
383 Secretaria do Meio Ambiente. Essa é a posição do Governo como todo, sendo isso que vamos comunicar
384 ao Banco. A recomendação do Banco é genérica, elogia a criação de uma Secretaria do Meio Ambiente,
385 no entanto seria apropriado que se mantivesse esse vínculo, para facilitar as questões administrativas.
386 Então nós entendemos que há uma indelicadeza muito grande, nós não temos possibilidade de que o
387 Conselho faça essa flexibilização necessária para uma negociação dessas. Se não houver negociação com
388 os assessores das bancadas, vão ser apresentadas emendas diretas para o plenário. Aí se decide por
389 maioria. Toda prioridade do Governo tem sido de acertar antes com as bancadas para evitar votações. **Sr.**
390 **Renato Ferreira:** para preservar a relação com o Banco, seria prudente manter esse artigo; e para
391 preservar a relação com a maioria da Assembléia, seria prudente retirar esse artigo, pelo acordo já
392 realizado. É o peso dos riscos, é uma opção. Na qualidade de Conselheiro, representando a Secretaria do
393 Planejamento, trago a posição de que, com dados novos, se caminhe no sentido que seja mantido esse
394 artigo, essa é uma posição por prudência. Deve necessariamente haver uma conversa dentro do Governo
395 sobre isso. O Conselho é de suporte, ele aconselha o Governo, o Executivo, não é o Legislativo, isso
396 serviria de suporte para debates que nós devemos ter durante o fim de semana, enquanto se encaminha o
397 Projeto, segunda-feira com a Assembléia. **Sr. Francisco Bragança:** mesmo por que a Assembléia tem a
398 Comissão de Meio Ambiente. **Sr. Presidente:** o Projeto não passa pelas Comissões nesse momento de
399 tramitação, só emenda em plenário. **Sr. Renato Ferreira:** mas no retorno da mensagem não pode haver
400 alteração por parte do Executivo? **Sr. Presidente:** não, inclusive as modificações de Governo serão
401 através do Líder da Bancada. Há algumas proposições de deliberação nesse sentido, como o Renato está
402 propondo que o Conselho delibere sobre isso. **Sr. Renato Ferreira:** sim, acho que reforça essa posição se
403 o Conselho se manifestar junto ao Executivo. Por prudência, solicitação de que o artigo que constava
404 originalmente no Projeto de Lei seja mantido. Seria uma recomendação. Na verdade, a proposta original
405 do Governo, não se está alterando nada, alteração aconteceu foi no tensionamento político com partidos
406 de oposição. **Sra. Mara Sasso:** não sei se existe essa clareza da necessidade ou não? **Sr. Presidente:** o
407 Companheiro Renato Ferreira propõe deliberação em torno disso, eu vou defender aqui, na qualidade de
408 Conselheiro, que seja delegado ao Governo a responsabilidade sobre a decisão desse ponto, sob pena de

409 que a responsabilidade sobre a decisão possa comprometer as negociações já realizadas. **Sr. Leonardo:** o
410 Projeto foi encaminhado ao Legislativo, ele teve aquiescência do Conselho? O Conselho concordou com
411 o Projeto encaminhado ao Legislativo nos termos em que foi encaminhado. **Sr. Sandor Arvino Grehs:**
412 não, nos termos que foi encaminhado não, acordamos no que fazer. Deixamos o ônus e as competências.
413 Sr. Presidente: a forma organizacional foi delegada ao Governo e o que o Conselho aprovou foram as
414 competências que estão todas constantes do Projeto. O Conselho tem autonomia para decidir sobre isso,
415 se quiser se manifestar sobre essa questão organizativa. **Sra. Clarice Mautone:** há duas propostas: uma
416 seria o Conselho não se manifestar e deixar a negociação com o Governo e outra seria o Conselho
417 referendar essa proposta. **Sr. Mário Teixeira:** não cabe mais ao Conselho. **Sr. Presidente:** nós temos
418 duas proposições em relação a isso, se mantidas as proposições, temos que encontrar um forma de
419 deliberação, uma vez que esse é um dos assuntos relativo ao meio ambiente. **Sr. Renato Ferreira:** acho
420 que é um elemento novo e, como essa aqui é a instância máxima, e deve-se constituir numa instância
421 máxima da política ambiental do Estado, houve por bem nós informarmos que esse elemento novo,
422 efetivamente é o encaminhamento dado já pelo Conselho. O Conselho abriu mão de discutir a forma como
423 se instrumentalizaria a política ambiental do Estado, discutindo só as atribuições da nova Secretaria. A
424 proposta do Secretário Langone encaminha para que o Conselho mantenha a sua posição de não discutir a
425 instrumentalização da política, e com isso, efetivamente, se houvesse a decisão do Conselho, a discussão
426 dentro do Governo. O Conselho mais uma vez vai estar abrindo mão de discussão de instrumentalização
427 da política ambiental, e, como Coordenador do Programa, eu trouxe esse elemento novo. É a única
428 instância nesse momento que está discutindo a Secretaria, para que todos fossem cientes dos riscos que
429 estão ocorrendo em função dessas alterações que teve no Projeto de Lei original na Assembléia. Nós
430 vamos continuar nossa manifestação, no sentido de que se retome o projeto original, pelos riscos que
431 representa essa alteração que teve. Mantenho a minha posição no sentido de que o Conselho se reporte
432 junto ao Governo do Estado, para fortalecer essa posição, de não colocar em risco a relação internacional
433 do contrato com o Banco, com prudência. **Sra. Marília :** eu não sei se entendi bem, seria uma questão
434 essencialmente política, claro, o apoio do Conselho na Assembléia teria alguma repercussão para reforçar
435 a proposta do Governo. Acho que a proposta do Secretário é para o próprio Governo decidir. Realmente é
436 uma questão importante conseguir influir essa manifestação do Conselho, não sei até que ponto isso tem
437 repercussão na Assembléia. **Sra. Maria de Fátima Maciel dos Santos:** Eu não estou representando
438 nenhuma entidade, estou participando da reunião do Conselho apenas como uma cidadã, e estou achando
439 um pouco complicado. É que o Presidente falou que esse Conselho delegou à Presidência o
440 encaminhamento e as negociações em relação à Secretaria. A companheira Lúcia Anelo e nós, estávamos
441 conversando, ela estava nos consultando, falou que, isto posto, até houve e, na forma de encaminhamento
442 do papel do Conselho era de ter a Lei, fazer uma leitura crítica sobre ela, refletir, aprovando-a ou não.
443 Acho que a Presidência tem uma clareza sobre a questão, o quanto discutiram sobre ela. Acho que tem
444 que ser respeitado, no meu entendimento como cidadã, o papel do Conselho e dos Conselheiros, que seja
445 de autonomia de ambas as partes, concordando ou não com esse encaminhamento, assumindo seus riscos
446 e que votem se são a favor de determinado encaminhamento ou não. Acho que os papéis tem que estar
447 claros, para mim não está explícito, nem para os Conselheiros. E, como cidadã, peço que os meus
448 representantes, que representam a sociedade e não, o Governo, exerçam os seus papéis. **Sr. Presidente:**
449 passamos as deliberações. Existem duas propostas: Proposta 1 - Secretaria de Coordenação e
450 Planejamento, no sentido de que o Conselho recomende ao Governo a manutenção do item do art. 11 da
451 Lei. Proposta 2 - FEPAM - no sentido de que o Conselho delegue ao Governo a responsabilidade sobre
452 essas negociações. **Sr. Sandor Arvino Grehs:** uma questão de ordem. Eu não entendi bem, existem duas
453 posições: uma que o Conselho não interfira; que a negociação seria levada, independente da
454 recomendação. Então a delegação da estrutura já foi feita. O fato novo é esse tópico que surgiu de ontem
455 para hoje, que trouxe essa discussão. Eu queria até fazer uma defesa da proposta do Secretário do
456 Planejamento. Não vejo em nenhum momento, a não ser que me expliquem, em que prejudicaria o
457 andamento da negociação do Governo, uma recomendação nossa no sentido de apoiar esse item. Se me
458 convencerem do contrário, inclusive mudo minha posição. A posição que a Secretaria do Planejamento
459 está defendendo é que o CONSEMA diga, explicitamente, que concorda com a manutenção desse art. 11,

460 que não foi discutido na outra vez, nós não conhecíamos isso. Eu queria entender em que medida a nossa
461 posição, mantendo isso aqui, prejudicaria. Se alguém me convencer, eu concordo com a posição de
462 Langone, mas se não me convencer eu gostaria de apoiar a posição da Secretaria de Planejamento, pois
463 não ficou claro em que nós podemos atrapalhar. **Sr. Presidente:** explicou que essa negociação está sendo
464 conduzida pela Casa Civil, que é responsável por todas as negociações dentro da Assembléia Legislativa.
465 A posição do Conselho é uma posição pública, mesmo que se recomende ao Governo que, pelo bom senso
466 deveria acolhe-lá, pode chegar à Assembléia. Está dado hoje, feito pelo centro do Governo em nome do
467 Governador Olívio Dutra, acordo em relação a esta questão. Nas negociações com a Assembléia
468 Legislativa, a pior situação é aquela em que você firma um acordo e depois o rompe. isso tumultua toda
469 votação do Projeto. Por isso a forma como encaminhar esse assunto, deve ser delegada ao Governo, para
470 que julgue a forma de resolvê-lo. Obviamente que, tanto a proposição da FEPAM, quanto a da Secretaria
471 de Coordenação e Planejamento, trabalham com a idéia de que o Governo vai fazer todos os
472 encaminhamentos necessários para manutenção desse Projeto. Só que pela consideração, pelo
473 acompanhamento que tivemos, ao longo dos últimos dez dias, sobre a condução das negociações com as
474 bancadas de oposição, achamos melhor que esse assunto seja delegado ao Governo, para que discuta nas
475 suas instâncias e que tome uma deliberação para ser encaminhada. Inclusive que possa ser essa que o
476 Companheiro Renato está fazendo, que é a de romper o acordo feito anteriormente com essas lideranças,
477 trabalhando antes, no movimento desse acordo, para que o rompimento desse não prejudique a votação do
478 Projeto como um todo. Disse que a ruptura desse acordo, feita de maneira pouco cuidadosa, inviabiliza a
479 tramitação desse Projeto na terça-feira, na Assembléia Legislativa. Essa responsabilidade, em última
480 instância, está sendo assumida pela Casa Civil, que é quem domina a forma de negociação. Nós achamos
481 que deve ser concedido aqui um espaço para a defesa da outra proposição, que é melhor, que é mais
482 prudente, para os interesses do Conselho, que haja aprovação do Projeto de Lei, que isso seja avaliado
483 pelo Governo, porque qualquer decisão feita pelo Governo, que remeta à Assembléia Legislativa, é uma
484 decisão pública e interfere na negociação. **Sr. Sandor Arvino Grehs:** me permite fazer uma crítica ao
485 Governo: se o assunto era para ser levado dessa forma não devia ter sido trazido para o CONSEMA pois,
486 no momento em que é apresentado se torna público. Então eu faço voz aqui, eu concordo com tua
487 posição, acho que o Langone deu bastante argumentos para não levar o assunto para o Plenário, para
488 discussão. Mas acho que dentro da cúpula do Governo houve um erro, não devia ter trazido esse assunto
489 para o CONSEMA, pois nesse momento aqui se tornou público. Eu não sei se alguém, daqui um pouco,
490 não pode dar uma entrevista e dizer que esse assunto foi discutido aqui. Inclusive entendo agora a posição
491 do Langone, acho que ela é procedente que, evidentemente é uma negociação, mas quem tornou público
492 esse problema não foram os Conselheiros da sociedade civil. **Sr. Renato Ferreira:** reitero, nós
493 trabalhamos num Governo de transparência, não temos nada para esconder, é um elemento novo que
494 surgiu na discussão para o conhecimento do Conselho, sob pena, daqui uns dias, de ter um problema sério
495 em relação ao programa e ninguém estar sabendo o que está acontecendo. Então nós trouxemos aqui, para
496 que todos assumam a responsabilidade juntos, nesse momento. É com esse objetivo que nós trouxemos
497 essa informação, por termos um dado novo. Assim, que cada um assuma a sua responsabilidade, seu
498 papel, cada instituição, cada Órgão do Governo, já que há um elemento novo de ontem para cá. Essa é
499 uma função, cada um é responsável, cada um está representando uma Instituição. E, como Instituição
500 gestora do programa, nós trouxemos essa preocupação para conhecimento. Nós temos que trabalhar com
501 transparência, nós não temos medo de nada. Se tivermos que negociar com o Deputado Bonow, vamos
502 negociar, até temos que ampliar mais esse debate, não tem problema nós debateremos. **Sr. Presidente:** só
503 queria deixar claro que, assim que tomei conhecimento com minha responsabilidade de Secretário do
504 Meio Ambiente, designado para o assunto desse fato remeti imediatamente para consideração do
505 Governo. Que a decisão de trazer para discussão nesse Conselho é de responsabilidade da Secretaria de
506 Coordenação e Planejamento e da Coordenação Executiva Pró-Guaíba. O problema que seria discutido,
507 face a colocação do Sandor, e no meu entendimento específico, como Secretário desse Governo é de que,
508 o primeiro encaminhamento necessário é remeter, imediatamente, para quem, em última instância, toma a
509 decisão, que é o Governador do Estado. Feito os esclarecimentos passou-se a análise das propostas.
510 Proposta 1- do companheiro Renato Ferreira, que o Conselho recomende ao Governo a manutenção do

511 art. 11 do Projeto de Lei; proposta 2, defendida pela FEPAM: que o Conselho delegue ao Governo a
512 avaliação sobre a forma do encaminhamento desse assunto na negociação da Assembléia Legislativa. Em
513 votação: proposta 01 - quatro votos; proposta 02 - sete votos; uma abstenção - do Conselheiro Sandor
514 Grehs. Por maioria, aprovada a proposta 02. De qualquer forma assumimos o compromisso de,
515 imediatamente, levar às instâncias e decisão do Governo, para apreciação desse assunto, resguardando
516 interesse da boa relação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Só gostaríamos de referendar
517 que o indicativo de acordo de lideranças é de que o Projeto seja votado na terça-feira, e a possibilidade da
518 votação na terça-feira, é praticamente certa. Seria interessante que, nesta data, membros do Conselho,
519 comparecessem para acompanhar a votação, e que membros do Conselho e as entidades que aqui
520 compõem o Conselho, estivessem na Assembléia Legislativa, fazendo o acompanhamento da votação do
521 projeto. **Sra. Mara Sasso:** Gostaria de registrar meu voto, sei que não vai contar, mas quero reiterar meu
522 voto na proposta 02, de se delegar ao Governo as decisões. Gostaria que ficasse registrado. Não havendo
523 manifestações em relação a esse tema, nós passamos ao tema seguinte da pauta que é : Código Estadual do
524 Meio Ambiente. Foi discutido na reunião anterior a situação do Código Estadual do Meio Ambiente. O
525 mesmo tramita na Assembléia Legislativa, pelo menos há quatro anos, teve na sua elaboração a
526 participação de um conjunto muito grande de entidades, a maior parte das entidades representadas por
527 esse Conselho e, encontra algumas dificuldades para a sua aprovação, em função de alguns pontos de
528 impasse que não conseguiram ser resolvidos na negociação. Pelo menos cinco pontos de impasse.
529 Recentemente tivemos um envio de uma solicitação por parte da Bancada do PT, para a Comissão de
530 Saúde e Meio Ambiente, para que o Governo fosse consultado sobre o Código Estadual do Meio
531 Ambiente. O Governo assim que recebeu essa consulta, entendeu, por bem, trazer ao Conselho para
532 apreciação. Com o entendimento preliminar de que seria necessário que o CONSEMA avaliasse as
533 condições para aprovação do Código, principalmente dialogando com alguns elementos novos,
534 decorrentes da própria criação da Secretaria e de outras Leis novas que poderiam ou não ter a necessidade
535 de compor uma atualização do Código. A motivação central disso é que o Código não seja aprovado já
536 desatualizado e, em função disso, nós compusemos um grupo de trabalho composto por nove entidades, a
537 ser referendado nessa reunião, para fazer uma apreciação preliminar. A idéia é que essa Comissão fizesse
538 uma apreciação, visse qual é o grau de discussão e a forma de tramitação interna nesse Conselho, que o
539 Código devesse ter, e necessariamente dialogasse com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, sob pena
540 de que esse Projeto possa um dia ser incluído, inesperadamente, na ordem do dia, e o Conselho não
541 manifeste um posicionamento a tempo. Então o objetivo central da Comissão não era de fazer uma análise
542 pormenorizada do conteúdo do Código e trazer proposições, mas sim o de avaliar a situação e a forma de
543 tramitação que o Conselho poderia ter em relação ao assunto. Houve uma manifestação do grupo com as
544 suas conclusões que são: a instituição de um Código Estadual do Meio Ambiente requer máxima
545 responsabilidade e seriedade, tendo em vista, ser ele, balizador das questões ambientais do Estado do Rio
546 Grande do Sul; que o prazo concedido ao grupo de trabalho, para avaliação do Projeto, foi de 14 dias,
547 quando a matéria está em discussão na Assembléia Legislativa há quatro anos. Em função disso, no
548 resguardo das suas responsabilidades junto aos órgão que representam e, com o objetivo de apresentar um
549 trabalho sério e, tecnicamente respaldável, torna-se necessária a prorrogação do prazo para apresentação
550 das sugestões, incluindo revisão, adequação e atualização do Projeto de Lei 140/98. Assinam cinco
551 membros do grupo representando a FIERGS, o DRNR, a FARSUL e a Sociedade de Engenharia do Rio
552 Grande do Sul. Dessa maneira, passou a palavra ao grupo para que complementasse o relato a partir da
553 leitura da Moção e trouxesse os elementos de sugestão para encaminhamento. Ressaltando mais uma vez a
554 idéia de que o Conselho possa estabelecer uma dinâmica de trabalho sobre o Código, compreendendo que
555 continua em tramitação, e qualquer dinâmica de trabalho, deve, necessariamente, compreender o diálogo
556 com a Direção, especialmente com a Presidência do Conselho de Saúde e Meio Ambiente, de maneira a
557 guardar uma combinação dos movimentos entre o trabalho que o CONSEMA estabelecer, com o seu
558 plano de trabalho. A Comissão de Saúde e Meio Ambiente pode e tem prerrogativas para agilizar a
559 tramitação desse processo na Assembléia, e para levar inclusive à plenário para votação. O Governo
560 entendeu que era necessário que o Conselho fosse ouvido e se manifestasse, no sentido de que esse plano
561 de trabalho considere os ritmos, que é necessário em relação com a Assembléia, de maneira que ele possa

562 resultar em aprimoramentos a serem enviados à Assembléia Legislativa para apreciação e votação. **Sr.**
563 **Gustavo Trindade:** o grupo realizou duas reuniões; sendo que na última tive que sair antes do final da
564 mesma. Comentou que seria interessante que alguém do grupo, que tratou da elaboração da Moção fizesse
565 um encaminhamento, para que depois eu complemente com uma sugestão a cerca do Código e sobre o
566 procedimento a respeito do mesmo. **Sr. Francisco Bragança:** disse que a posição do grupo foi de que
567 não havia condições de avaliarmos esse trabalho, da forma que nós achamos que ele merece ser analisado.
568 Ficaram as dúvidas das questões dos prazos, se isso está indo para votação ou não. Salientou aos presentes
569 que esse trabalho é um trabalho multidisciplinar e nós tínhamos cinco membros de áreas diferentes e,
570 entendo assim, quatro anos de discussão, uma questão multifacetada, multidisciplinada, grande parte dela
571 desatualizada, então seriam dois trabalhos de consultoria. Chegamos a discutir isso, é uma consultoria
572 jurídica, para não se entrar em choque com a legislação que se processou nesses quatro anos e, uma parte
573 para se construir é a técnica dela. Nosso grupo não têm condições de fazer esse trabalho. Acho que os
574 meios de levar esse trabalho, da forma que nós pensamos, talvez esteja lá na Comissão de Saúde e Meio
575 Ambiente da Assembléia pois devem ter secretária, computador, técnicos e advogados. Nós enquanto
576 grupo de trabalho não teríamos condições de manter essa estrutura. Se a FEPAM ou a Secretaria teriam
577 isso, não sei, mas seguramente teria que ser uma estrutura assim. E eu nem estou considerando aqui a
578 questão do tempo. Não tenho condições de dar opinião. **Sra. Luíza Falkenberg:** eu gostaria de esclarecer
579 o seguinte: eu, pelo menos não me senti tanto nessa situação de não ter condições de avaliar, só que me
580 parece que esse assunto é de grande importância, e o que eu não me senti capacitada foi de fazer uma
581 avaliação em duas reuniões. Na verdade, nós disporíamos de seis horas para fazer avaliação de um
582 Código. O que eu quero colocar é o seguinte: eu, particularmente, tenho restrições muito sérias com
583 codificação. Como atuo na área jurídica, posso fazer um rápido levantamento e dizer para vocês, que o
584 nosso Código Comercial é do século passado, nosso Código Civil é de 1916, nosso Código Penal é de
585 1940, e hoje, quando nós estamos enfrentando problemas de genética e seqüestro, o Código ainda fala em
586 sedução como crime. Então eu acho que codificar é correr o perigo de petrificar. O que mais me
587 entusiasma na legislação ambiental é, exatamente, a modernidade, a flexibilidade da matéria. Porque,
588 quando nós falamos em legislação ambiental, nós temos que acompanhar toda uma evolução tecnológica.
589 No momento em que se cria o telefone celular, já temos que prever o que fazer com as baterias. Então, por
590 exemplo, para dar um exemplo muito rápido, na nossa reunião, eu olhei por cima a proposta do Código e
591 pensei o seguinte: que hoje a grande discussão são os transgênicos, onde nós encontraríamos algum
592 respaldo naquele Projeto 140 com relação ao assunto. Então eu já quero colocar que a minha posição
593 inicial é anticodificação porque eu tenho receio de petrificar uma legislação que precisa de dinamismo.
594 Curvo-me à maioria se essa é a decisão da sociedade, eu me proponho a contribuir naquilo que eu puder,
595 dar o melhor de mim, mas não de uma forma que eu considero irresponsável. Não vou legitimar o projeto
596 em nome de uma Entidade que eu vim representar, porque nós temos que apressar essa aprovação, que
597 está tramitando há quatro anos, e está tramitando quatro anos na Assembléia Legislativa, e não nas minhas
598 mãos. Então eu só vou fazer algum tipo de avaliação, emitir qualquer opinião sobre ele se eu tiver o tempo
599 razoável e necessário para fazer esse tipo de avaliação. **Sra. Maria Cristina Flora Souza:** como
600 integrante do grupo, nós podemos fazer uma avaliação muito rápida, com alguns colegas lá do
601 departamento do recurso, e percebemos que, pelo menos, uns 15 artigos seriam necessários a gente rever,
602 as questões de mérito, as questões técnicas aqui colocadas, que por situações de modernidade e de
603 renovação da Lei, e até mesmo por experiência do pouco que se tem na parte da flora, necessitariam ser
604 revistas. A pergunta que se faz é até que nível esse Conselho vai interferir nesta proposta que está lá na
605 Assembléia, pois nos ocorreu de refazer alguns artigos, até por inteiro. Um capítulo que é muito, claro e
606 passou por esse Conselho, e todo mundo vai entender só dando uma lida, por exemplo, das Unidades de
607 Conservação: terá que ser todo refeito. O pessoal até já começou a formatar alguma contribuição lá no
608 Departamento, quer dizer, se esta for a nossa incumbência, nós realmente vamos precisar de um tempo,
609 para as questões de mérito técnica e deixando de lado a formatação jurídica. **Sra. Lúcia Socoowisk**
610 **Anelo:** colocou a posição de Centro de Estudos Ambientais em relação a isso. Comentou a discussão que
611 tem sido feita já de há muitos anos. Disse que a princípio, são contra codificação, porque reunir todo esse
612 arcabouço legal em uma Lei, normatizar toda a questão ambiental, possibilita que, com uma simples

613 revogação deixa de existir; ao passo que, com várias Leis, abrangendo várias áreas, delimitando alguns
614 campos, pode-se lançar mão de vários procedimentos, de várias razões legais, para tratar do mesmo
615 assunto. Tanto assim que teríamos como defensores do meio ambiente, eu não gosto muito de utilizar essa
616 palavra, mas nesta questão aqui jurídica ela se coloca bem, várias armas para lutar e, concentrar num
617 Código, só numa Lei. Nós só temos essa, se essa nos falha, não temos mais nada. Então este é o risco que
618 corremos, com todos os seus benefícios. Acho que vai complicar, vai dificultar uma questão de ser
619 objetiva, de alcançar esse objetivo, que é a preservação ambiental. Que a gente mantenha essa boa relação
620 com o ambiente que nos cerca. Essa é a nossa manifestação. **Sr. Gustavo Trindade:** participei de uma
621 reunião e o início da segunda. Existe hoje a discussão ou não da aplicabilidade, ou da necessidade da
622 codificação. Uma coisa deve ser diferenciada: codificação da legislação civil ou codificação das normas
623 administrativas, de uma codificação que se busca para matéria do meio ambiente. A codificação que se
624 está buscando na matéria do Código, ele não vai ser um Código único. Nesse Código, existe uma série de
625 Leis que não estão abrangidas e que não são abrangidas pela matéria do Código. Acho que o Código é um
626 trabalho de quatro anos, que apesar de algumas matérias necessitarem de expressivas modificações e
627 atualizações nas leis dos crime ambientais, em razão da 237, e outras legislações. Hoje a legislação tem
628 determinadas tipificações e condutas, mas não tem a possibilidade de agir, sancionando definitivamente,
629 ou seja não existe essa possibilidade de ter instrumento, de utilizar esse instrumento de forma positiva.
630 Toda a questão que regula procedimento de Estudo de Impacto Ambiental, da necessidade de equipe
631 multidisciplinar ou não, que foi completamente modificada pela 237. Esse Projeto de Código ainda
632 consegue manter aquela necessidade de uma independência. Outra série de matérias que não possui uma
633 regulação, ainda esparsas, conseguem ser regulamentadas por esse Código. É necessário buscar uma
634 qualificação e possibilitar que se tenha um novo instrumento que possibilite a atender nossos interesses
635 que é da defesa do meio ambiente. Hoje esse projeto existe e não é o CONSEMA que define se vai ser
636 aprovado ou não, isso é uma atribuição da Assembléia, por isso o contato junto a Assembléia é
637 importante, para expressar que a não aprovação do Código ou a busca de um aperfeiçoamento e melhora
638 desse instrumento. **Sr. Renato Ferreira:** Ele tem um processo participativo muito interessante, no que
639 pese toda origem. Foram construídas várias partes, comissões, debates na Assembléia, por setores e
640 depois foram se consolidando, acabou se consolidando a partir dos vários debates, por isso a necessidade
641 de se levar em conta essa dificuldade, a dificuldade de um Grupo Técnico fazer apreciações. Esta
642 Comissão Técnica deveria ser composta por profissionais da área do Direito, com conhecimento na
643 matéria. Realizar um seminário de um ou dois dias, onde o Conselho discutirá com a equipe técnica que
644 receberá propostas de aperfeiçoamento à legislação. O documento é muito complexo, são muitas áreas, e
645 fechar esse emaranhado de propostas de dispositivos, realmente não é uma tarefa fácil, participando do
646 início desse processo. **Sr. Francisco Bragança:** estamos seguindo esse caminho, talvez substituindo um
647 trabalho que seria do Legislativo e para isso os Deputados são pagos. Vamos fazer um seminário, mas na
648 realidade é o seguinte, estamos propondo um seminário e vamos entregar um outro “frankistein”. Eu acho
649 que ele vai ser mais bonito que esse aqui, por isso ele tem pedaços com dados diferentes. Então nós vamos
650 entregar na Assembléia. Talvez uma discussão do mérito maior, seja aquela anterior que a colega levantou
651 da questão da codificação, talvez seja o momento. **Sra. Luíza Falkenberg:** eu queria fazer dois
652 questionamentos de ordem prática. O primeiro é que quando eu coloquei aqui sobre uma codificação, eu
653 apenas estava querendo justificar o meu posicionamento e até a minha pré-disposição de trabalhar, mas
654 como eu vi que houve algumas manifestações a favor, eu fiquei curiosa e quero fazer a minha primeira
655 questão sobre isso. O que nos determina que deve existir Código, porque eu acho que só o fato de existir
656 um Projeto há quatro anos não é suficiente. Se está mal não quer dizer que a gente tem que continuar mal.
657 Ainda vamos discutir, codificamos ou não, há espaço para isso, o que determina que assim seja. A
658 segunda questão é a seguinte, o quanto o nosso trabalho caminha paralelamente ou influi dentro da
659 Assembléia Legislativa, ou nós vamos correr o perigo de fazer um grupo de trabalho para discutir a
660 questão e de repente subir a plenário na Assembléia e fica aprovado, há o compromisso da Assembléia,
661 esperar a manifestação do CONSEMA é bem prático em termos de saber até como nós vamos andar nisso
662 aí. **Sr. Gustavo Trindade:** a manifestação da Luíza é bem emblemática. O Conselho tem que saber que
663 não ficou muito definido qual papel que tinha aquele grupo, o grupo trabalhou meio no escuro, sem saber

664 por onde é que andava, se analisava ponto por ponto, se ele tinha uma manifestação global, se codifica ou
665 não, ou propõem algumas mudanças. Então essa foi a primeira discussão e é isso que eu acho que tem que
666 ser definido pelo Conselho, que tipo de inserção vai ter nessa discussão. **Sra. Mara Sasso:** essa proposta
667 tem mais de quatro anos e foi discutida e examinada em vários fóruns. Há quatro anos, foi colocada uma
668 proposta da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da Assembléia, porque haviam propostas de vários
669 Deputados. Na época era um clamor do movimento que fizessem um Código, mas a evolução na área do
670 Direito Ambiental tem sido muito rápida, hoje não tenho a clareza que tinha naquela época. Na época nos
671 resguardávamos e era melhor um Código, então esse foi o movimento. Essas colocações feitas hoje, são
672 procedentes. temos que estudar como vai ser apresentado esse projeto, onde esteja garantida a
673 preocupação colocada aqui. Essas são todas as formas de discutirmos e construirmos uma proposta. **Sr.**
674 **Sandor Arvino Grehs:** não participei do grupo mas, evidentemente, tive o cuidado de ler boa parte da
675 matéria que me chegou em mãos pela FEPAM. Cada vez que a Assembléia mexe naquilo que,
676 tecnicamente, foi discutido vira um “frankistein”, como foi citado. Quando se fala em Código, realmente
677 pode ocorrer o risco de embaralhar muita coisa boa, por exemplo a Lei de Regime de Solos, que não está
678 clara aqui. É obrigação nossa dar nosso ponto de vista. Esse documento tem sérios problemas conceituais,
679 tem coisas extremamente confusas, como conceitos técnicos, como por exemplo o conceito de recursos
680 ambientais que está muito confuso. Parece que não definimos nem outros conceitos, e já existe alguma
681 coisa que nos ajuda, que é este Dicionário de Direito Ambiental, que foi publicado no ano passado.
682 Talvez seria necessário o Conselho ter uma posição aqui, através do próprio Secretário do Meio
683 Ambiente, no futuro, de conseguir balizar o documento. Pois na realidade isso é uma colcha de retalhos
684 conflitante, temos obrigação de tomar uma posição, de pelo menos alertar a Assembléia de que não é bem
685 assim isso aqui. Não querendo desprestigiar o trabalho técnico, conheço gente que trabalhou, e que o
686 trabalho original não é nada do que está aqui. Por isso eu queria fazer esse comentário até para balizar um
687 posicionamento nosso, acho que devemos trabalhar em cima disso da melhor forma, mas nós não
688 podemos nos omitir, deixar que a Assembléia ande sozinha e achar que aquilo é fato consumado. **Ten.**
689 **Cel. Nelsonhoner da Rocha:** nesse grupo criado para revisar o Código, participou o Capitão Pereira,
690 integralmente, na primeira reunião e parte da segunda. Ele entende que deve ser revisado artigo por artigo,
691 e também no entendimento dele, que é um especialista na área, por ter alguns cursos, está fazendo
692 especialização nessa área, também é preciso revisar artigo por artigo. Foi comentado que teria em torno de
693 15 a 20 artigos – da nossa área - exatamente, acho que tem muito mais e que algumas coisas tem que ser
694 revisadas. E a criação de outros artigos em posição até dos problemas que estão sendo criados, até como
695 os transgênicos, mas cabe salientar o seguinte: que o Código é importante para que o julgamento da
696 questão, facilite aqueles que vão dar o julgamento final, para que se elabore e se tenha no decorrer do
697 discurso, do litígio, a maior clareza possível na tomada da decisão, uma vez não tendo Código fica muito
698 espaço para quem tem que decidir. E estando tipificado no Código fica bem mais fácil. O limite homem é
699 a lei, e estando o Código bem redigido bem tipificado, não se pode fugir dele, pode-se acrescentar. Para
700 quem tem que executar o cumprimento da lei é melhor ter um Código, agora para aquele que está sofrendo
701 ação infinitamente, pior, lógico, mas para nós é fundamental que se tenha um Código. Nós vivemos de
702 Código, o nosso dia-a-dia são Códigos, já começa lá com Código de Costumes que é Lei. Então eu
703 entendo que o Código é importante precisa ser reestudado, aperfeiçoado e digo, quase que totalmente.
704 Segundo informação do meu Capitão, que participou da reunião, - sou partidário ao Código - entendo que
705 nós temos realmente, o mais breve possível, assim que aprovar a Secretaria, nos debruçar sobre esse
706 Código. Só que não são 30 nem 60 dias, tem de ser infinitamente, muito mais tempo trabalhando nesse
707 Código com pessoas técnicas no assunto, mas entenda que não é só o Legislador, nós também temos que
708 participar dele, pois é aqui que se decide, aqui que estão as pessoas mais capacitadas no assunto referente
709 ao meio ambiente. Eles precisam beber a água na fonte, e a fonte para os legisladores deverá ser aqui. A
710 equipe e os órgão governamentais do Governo e os não governamentais. **Sr. Presidente:** só gostaria de
711 manifestar minha opinião sobre os cuidados políticos no encaminhamento. Em primeiro lugar, nós não
712 podemos fazer de conta que não houve um processo, esse foi um processo que, com todos os seus
713 defeitos, envolveu um conjunto grande de instituições e, principalmente, envolveu um poder, que é quem
714 delibera em última instância sobre isso, ou seja, havendo manifestação ou não do CONSEMA, existe a

715 possibilidade real de que - isso já foi anunciado pelo Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente -
716 esse Projeto de Lei que institui o Código, seja levado a plenário. Ele esteve por entrar em regime de
717 urgência no final do ano passado, em Plenário da Assembléia, e ser aprovado. O CONSEMA é uma
718 instituição que tem uma determinada competência em relação a isso, mas ao Legislativo cabe, em última
719 instância, deliberar. Há um acúmulo da parte do Presidente desta Comissão que, ao renovar o seu
720 mandato, no início deste ano, várias pessoas que estavam presentes lá, anunciou-se o compromisso de,
721 durante o mandato do Presidente, aprovar o Código Estadual do Meio Ambiente. Então a forma mais
722 adequada é que se dialogue com esses processos reais que estão existindo, através de diálogo entre o
723 Conselho e a Comissão, de maneira a se definir um procedimento em relação ao assunto. A sugestão seria
724 de que o Conselho fizesse uma avaliação sobre esse processo com a Comissão, propusesse um diálogo
725 com o Presidente da Comissão em nome do Conselho. O Conselho, se deliberasse por maioria de seus
726 membros, poderia requerer avaliação das pessoas, no sentido de que se estabelecesse um acordo,
727 procedimentos em relação ao caso. A Comissão, pelo que nós conhecemos, não vai abrir mão de ser palco
728 dos principais debates sobre a escolha. Bom, tem que se conhecer uma legitimidade da Comissão, em
729 relação a isso, ao mesmo tempo em que se tem que reconhecer uma legitimidade do Conselho. Então a
730 melhor forma de fazer é que o procedimento seja combinado. O ideal seria que tivéssemos um indicativo
731 de um período para fazer esses debates, onde, inclusive, alguns debates públicos pudessem ser
732 promovidos em conjunto pelo Conselho, pela Comissão, pelo Governo, pela Assembléia Legislativa -
733 Executivo e Legislativo juntos; Conselho e Comissão juntos. Isso não substitui um seminário de trabalho.
734 Acho que o Renato colocou, outras pessoas também colocaram, de a gente fazer reuniões intensivas, e
735 analisar situação por situação, mas isso reconhece a legitimidade de todas as instâncias para discutir o
736 assunto. Se o Conselho for lá e disser para o Presidente da Comissão “o Senhor pare aí, enquanto nós
737 conversamos sobre o assunto”, ele não vai parar, vai acelerar o processo, vai criar um problema político
738 na relação entre Executivo e Legislativo, com Comissão do Meio Ambiente, que não é adequado. Então a
739 melhor saída para o encaminhamento do processo, reconhecendo essas legitimidades, é que se proponha
740 um processo conjunto. Eu diria que a possibilidade de que o Conselho levantasse uma posição contrária
741 ao Código iria gerar uma reação muito forte por parte do Poder Legislativo, pelo acúmulo, talvez em
742 várias instituições que participaram desse processo. Esse é um processo necessariamente de negociação,
743 onde se tem de ter determinados cuidados para buscar resguardar as competências, e acho que, se a gente
744 propusesse um cronograma comum de discussão, pudesse inclusive convidar ao Presidente para vir a uma
745 reunião desse Conselho, prestigiando a sua condição de Presidente, e apresentar sua visão sobre o Código,
746 entre outras iniciativas de boa vizinhança, seria a forma mais adequada de dar um bom encaminhamento a
747 esse processo, e evitar que quem, em última instância, decide, possa decidir sem levar em consideração os
748 elementos positivos que o Conselho poderia vir a agregar, uma vez que várias das polêmicas possíveis de
749 constarem do Conselho envolvem os elementos representados aqui. Sr. Jackson Müller: eu daria uma
750 sugestão de encaminhamento: buscar uma forma de comunicação direta com a Comissão de Saúde, que
751 esse Conselho votasse pela constituição de uma Comissão; que membros, Conselheiros, procurassem o
752 Deputado Eliseu Santos, levasse a ele essa questão: que nós vivemos na época da construção desse
753 Código, o momento histórico mudou, evoluiu muito rapidamente, com as leis dos crimes ambientais, com
754 a regulamentação de assuntos que estão contidos dentro desse Código, nos últimos dois anos, como as
755 Leis das águas em nível Federal, Estadual, a Lei da Gestão dos Resíduos Sólidos do Estado, a própria lei
756 dos crimes ambientais e aqui há mais de 50 itens conflitantes com a legislação ambiental vigente. Nós
757 temos aqui a própria inconstitucionalidade da proposta do Código em relação ao que estabelece a
758 Legislação Federal da Lei de Crimes Ambientais. Então nós já começaríamos, mas não só com o Código
759 retalhado, mas com todo ele conflitante. Então a posição da FAMURS nesse momento seria buscar, de
760 maneira imediata, até dentro das deliberações dos Conselheiros, que se constituísse uma Comissão dos
761 Conselheiros, que fossem até a Assembléia Legislativa, colocasse ao Deputado Eliseu Santos essa
762 necessidade de discussão do momento histórico, não discutindo o mérito - se é bom ou ruim, que a gente
763 sabe que ele é bom - mas sim, procurando atualizá-lo a essas diversas modificações e avanços que a
764 legislação, em especial a do Rio Grande do Sul, teve nos últimos anos, mas com esse espírito de que o
765 Código não começasse furado, mas sim que ele fosse real, um instrumento necessário para execução da

766 política estadual do meio ambiente. **Sra. Luíza:** apesar da minha posição contrária à modificação, eu me
767 curvo à decisão da sociedade, se é isso que tem no Código, tudo bem, e eu me predisponho a trabalhar
768 nisso. Acho que tem que ficar muito claro que a idéia que me parece, inclusive com a do grupo, não foi de
769 se opor ao trabalho da Comissão, absolutamente, a idéia não foi essa, nem medir força, nem criticar, por
770 que até para chegar no projeto que chegou, ele já melhorou muito perto do que era no início. Então a idéia
771 de meio ambiente, eu só entendo a gente trabalhando dentro de uma parceria responsável, parece-me que
772 a idéia é essa, é nos propormos a ajudá-los e não a criticar, fazendo um trabalho paralelo. Quero dizer nós
773 vamos apresentar um substitutivo ao substitutivo, não é a idéia do grupo, mas sim é partir daquilo que já
774 foi feito, nós podemos contribuir e melhorar. Acho que está questão, inclusive o Jackson colocou, de fazer
775 esta proposta para a Comissão é perfeita, pois é na idéia de nós trabalharmos juntos e poder contribuir
776 naquilo que agente puder. **Sr. Presidente:** na reunião que passou nós não compusemos uma Câmara
777 Técnica sobre o Código, em função de que nós não tínhamos quórum e esse grupo tinha mandato
778 provisório. Parece-me que esse tipo de assunto requer um parecer técnico, esse é o tipo de assunto que
779 requer uma Câmara Técnica, instituída através de instrumento formal em todo Estado. Não
780 necessariamente a Câmara Técnica seria a mesma Comissão que deva procurar a Comissão de Saúde e
781 Meio Ambiente, se for essa a deliberação do plenário, mas nós teríamos pelo menos duas deliberações.
782 Como esse Conselho se estrutura para trabalhar o tema, parece-me que havendo quórum para deliberar o
783 mais adequado seria a constituição de uma Câmara Técnica sobre isso, com mandato maior, conforme a
784 própria moção propõem, e a segunda, de que forma nós vamos dialogar com a Comissão da Assembléia,
785 responsável pelo tema, havendo a sugestão de procurar a direção da Comissão e seu Presidente, seus
786 membros, para apresentar um posicionamento com os temas sobre o assunto. **Sr. Jackson Müller:**
787 sugestão. **Sr. Presidente,** ouvindo suas considerações sobre o revés político, pensaríamos no sentido de
788 buscar primeiro um contato com a Comissão de Saúde e em segundo, decidir em que instância nós vamos
789 discutir: se vai ser na Comissão da Assembléia Legislativa ou se vai ser uma Câmara Técnica dentro do
790 Conselho. Se nós corremos na frente, instituindo uma Câmara Técnica, talvez isso desencadeie o gatilho,
791 aquele que buscava uma rapidez maior dentro da própria Assembléia para votação. Pensando nesse revés
792 quem sabe instituindo essa Comissão do Conselho buscaríamos na mais imediata posição, definir qual
793 estratégica a ser usada, ou criar Comissão da Câmaras Técnicas antes, ou criar Comissão primeiro e
794 buscar o fórum de discussão. **A Sra. Lúcia Socoowisk Anelo:** a questão de criar uma Comissão para
795 conversar com os Deputados é meio confusa. É necessário clarear, de que forma vai se dar esse diálogo.
796 Uma correspondência do Conselho comunicando essa Comissão de Saúde e Meio Ambiente que nós
797 estamos discutindo e falando da complexidade do assunto, e solicitar a eles a gentileza de aguardarem
798 uma posição do Conselho e, ao mesmo tempo, convida-los para uma reunião extraordinária, específica,
799 para estabelecer esse campo de discussão. **Sra. Edi Fonseca:** a AGAPAN participou de todo processo de
800 discussão do Código, inclusive era uma das demandas do movimento. O Código foi discutido dentro da
801 Assembléia Legislativa, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente que é aberta a todos que queiram dela
802 participar. Não tem convocação, não tem deliberação, não tem delegação de nenhuma entidade. Eu acho
803 que deveria ser aquele foro que deveria discutir essa questão. Podemos ter um entendimento de levarmos
804 para o Presidente da Comissão de Saúde o indicativo do CONSEMA de se convocar técnicos para discutir
805 essa questão, "uma Câmara Técnica" dentro da Comissão de Saúde e Meio ambiente. Isso já foi feito com
806 a Lei dos Agrotóxicos e deu muito certo. **Sr. Renato Ferreira:** entendo que seria interessante irmos ao
807 Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia e convidá-lo mas, independente desse seminário maior,
808 que se formasse um grupo para discutir esse Código, identificando os problemas, com uma análise crítica
809 desse projeto. Que fosse realizado um seminário dirigido ao Conselho, para um maior conhecimento e
810 apresentação desse Código, sendo que, as instituições que tiverem críticas ou sugestões debatam o
811 assunto. **Sr. Francisco Bragança:** Nós recebemos uma carta do Presidente da Comissão de Saúde e Meio
812 Ambiente, da Assembléia Legislativa, solicitando à Sociedade de Engenharia um titular e um suplente
813 para ir lá representar. O partido do governo tem Deputados nessa comissão. Esses representantes podem
814 solicitar que se convide, assim como foi feito com a Sociedade de Engenharia, que nas reuniões da
815 Comissão de Saúde e Meio Ambiente tenha um representante do Conselho do Meio Ambiente. **Sr.**
816 **Presidente:** em primeiro lugar, há consenso em torno da idéia de que o Conselho tem um grupo estudando

817 a questão mais detalhadamente, para reportar ao grande grupo do Conselho, em função de que, sem isso,
818 fica muito difícil o processamento das informações ao Conselho. Podemos, aproveitando as sugestões,
819 manter e referendar essa estrutura como um grupo de trabalho de maneira a resguardar a preocupação na
820 Comissão da Assembléia Legislativa. Em segundo, é a forma de relacionamento com a Comissão de
821 Saúde e Meio Ambiente. Em uma avaliação preliminar, uma carta do Conselho sobre esse assunto traria
822 mais problemas do que soluções. Seria interessante fazer uma visita ao Presidente e toda composição, para
823 conversar sobre o Código Estadual do Meio Ambiente. Ver como o Presidente pretende conduzir essa
824 discussão, informar que o Conselho está discutindo esse assunto e disponibilizar o trabalho em conjunto.
825 É muito difícil que tenhamos aqui a escolha de um representante que possa levar uma posição sobre o
826 assunto que em vários casos aqui dentro do Conselho ao ser discutido nós não teríamos um consenso. Esse
827 Conselho está em um patamar hierárquico superior à representação avulsa da sociedade civil e de
828 governo. A sugestão seria, tentando uma composição que nos levasse a uma deliberação, que
829 mantivéssemos este grupo interno, se necessário, agregado de novos voluntários, qualificados da maneira
830 que achar o Conselho e que, uma comissão deste grupo, não necessariamente o grupo inteiro,
831 acompanhado da presidência do CONSEMA, fosse ter uma conversa preliminar com o Presidente da
832 Comissão de Saúde e Meio Ambiente, colocando que o Conselho está preocupado, quer aprovação do
833 Código, quer trabalhar em conjunto com a Comissão e quer ouvir do Presidente como ele pretende
834 conduzir esse assunto e como seria possível que o Conselho participasse desse processo. Em consequência
835 disso, da avaliação, da repercussão, da receptividade do Presidente, poderíamos avançar no sentido de
836 estabelecermos um cronograma de trabalho em conjunto e mesmo convidar o Presidente a vir falar sobre o
837 Código. O grupo poderia levar o convite ao Presidente e aos membros da Comissão para que viesse ao
838 Conselho expor sua visão sobre o Código. **Sr. Francisco Bragança:** gostaria que a Assessoria Jurídica da
839 FEPAM se fizesse presente, no sentido de buscar o acompanhamento sistemático dessa negociação toda.
840 **Sr. Presidente:** o grupo de trabalho será mantido, até uma nova avaliação que possa vir transformá-lo em
841 uma Câmara Técnica e pode se ter uma ordem de serviço sobre isso. Seria interessante que o próprio
842 grupo discutisse o seu ritmo de trabalho, sob pena de não ter os elementos necessários para tomar essa
843 decisão. Será agendada uma visita ao Presidente e aos membros da Comissão para colocar o que foi
844 acertado aqui, da maneira mais aberta e cooperativa possível. O próximo ponto de pauta é o
845 funcionamento das Câmaras Técnicas. Este assunto foi pautado em função de uma situação específica que
846 foi a constatação de que todas as Câmaras Técnicas, estavam fazendo os registros das reuniões através da
847 transcrição literal de todas as discussões realizadas, sendo uma situação, absolutamente, pragmática sobre
848 o grande volume de trabalho e o grande custo que envolve esse procedimento. E a posição da Presidência
849 do Conselho foi no sentido de que fizéssemos o registro da reuniões das Câmaras Técnicas, um amplo
850 formato de registro das pessoas presentes, uma descrição objetiva dos assuntos em discussão e anotação
851 das principais deliberações, ou controvérsias existentes no grupo. Mantendo então o procedimento de
852 transcrição só para as reuniões do pleno do Conselho. Ao mesmo tempo, e isso já foi comunicado na
853 reunião passada, a idéia da introdução desse ponto seria no sentido de avaliação sobre o funcionamento
854 desse tipo de procedimento adotado pelo CONSEMA. Para dar encaminhamento a assuntos que exijam
855 tratativas em mais de uma reunião ou um acompanhamento permanente por parte dos membros do
856 Conselho. Temos hoje nove Câmaras Técnicas com periodicidades diferentes, algumas com problemas de
857 falta de quorum. Em razão disso foi requerido um procedimento de substituição ou de tomada de
858 providência por parte da Presidência. Existe também uma Câmara Técnica, muito importante, mas não
859 implementada, que é a do ICMS Ecológico, como a Resolução do CONSEMA, de dezembro de 1997 e
860 composição bastante ampla, precisando de implementação urgente, sob pena de que os procedimentos
861 necessários para a viabilização da Lei que dispõe sobre o ICMS Ecológico não sejam encaminhados a
862 tempo. Os assuntos demandados, principalmente, através do Conselho de Dirigentes do Meio Ambiente
863 da FAMURS, sobre os aprimoramentos dessa Lei devem ser discutidos de maneira apropriada. O
864 Conselho deveria trabalhar com uma diretriz de não banalizar o instrumento das Câmaras Técnicas, de
865 maneira que fossem reservadas para assuntos mais nobres com novos mecanismos para discutir assuntos
866 temporários, que não requerem a constituição formal de uma câmara, com um encaminhamento mais
867 simplificado. de maneira a discutir um reforço e aprimoramentos no funcionamentos da câmaras, no

868 sentido de que elas efetivamente correspondam ao papel para a qual foram criadas. **Sra. Maria Cristina**
869 **Flora Souza:** a título de informação, havíamos proposto uma Câmara para regulamentação do art. 28, do
870 Código Florestal Estadual. **Sr. Gustavo Trindade:** em relação a isso, no sentido de que o item da nossa
871 pauta consta o Projeto de Lei que altera o art. 18 do Código Florestal. E junto com essa discussão que se
872 regulamenta a reposição florestal. Quando constituída essa Câmara Técnica que trata do Código Florestal,
873 incluir também na pauta essa questão que hoje é bastante significativa e importante, na media em que
874 busquemos a integração das diversas discussões. **Sr. Presidente:** a informação é de que existe uma Câmara
875 Técnica, para a fixação de critérios de compensação de danos ambientais causados por grandes
876 empreendimentos. **Sra. Maria Cristina Flora Souza:** acho que nós estamos com informação errada,
877 talvez ela nem estivesse existido. **Sr. Francisco Bragança:** o assunto que eu vou levantar não é para
878 discussão e sim para informar ao Conselho. O Presidente comentou sobre uma Câmara que já deveria ter
879 sido instalada que é do ICMS Ecológico. Eu tive a oportunidade de assistir a uma explanação do Dep.
880 Roberto Ponte, sobre a questão da reforma tributária e fiscal, que está em curso no Congresso Nacional, e
881 os ICMS se extingue. Obviamente que esse seria assunto dessa câmara na questão da publicação. **Sr.**
882 **Sandor Arvino Grehs:** em relação a observação que o Presidente fez de não banalizar as Câmaras
883 Técnicas, eu concordo. Acho que estamos com Câmaras Técnicas demais e com pouca gente para
884 trabalhar. As questões seriam feitas através de um relator, a pessoa que conhece o assunto, ele faz tudo e o
885 relator traz para a Comissão. E o assunto que ficaria em uma Câmara Técnica poderia ser resolvida
886 através de um relator. Sugiro que se implemente a idéia de se indicar um relator e aí aliviaríamos a carga
887 das Câmara Técnicas. **Sra Lúcia Socoowisk de Anelo:** sobre a questão do relator, temos algumas
888 discordâncias, dependendo do assunto. Acho que a sistemática dos grupos de trabalho são mais
889 democráticas, deixando as pessoas se agregarem. Se deixar na mão de uma pessoa, ela pode centralizar as
890 informações, como também pode chamar o grupo de trabalho. O grupo de trabalho não tem um número
891 específico, pode ser de dois conselheiros, ou agregar outras pessoas, que não sejam membro do Conselho,
892 mas que queiram colaborar. **Sr. Sandor Arvino Grehs:** acho que o espaço democrático é o próprio
893 Conselho. Se proliferarmos muito o grupo de trabalho vamos cair no mesmo problema das Câmara
894 Técnicas, poderíamos eliminar a figura do relator, acredito eu, se duas coisas se compõem, não tem
895 problema. **Sr. Jackson Müller:** temos criado Câmaras Técnicas, praticamente, para todos os assuntos
896 quando não conseguimos, na reunião do Conselho, chegar a um consenso. Nesse sentido, nós temos a
897 Câmara Técnica que discute as atividades de Impacto Ambiental, que também está parada por falta de
898 quorum, desde fevereiro e que para os Municípios gaúchos seria um fator bastante significativo o avanço
899 dessas discussões. Contudo, o que poderíamos estabelecer que quando um assunto pudesse ser tratado na
900 forma de um relator que fosse dessa maneira, não se direcionando para a abertura da Câmara Técnica e os
901 assuntos que tem uma demanda e uma repercussão maior que se mantenham as Câmaras Técnicas, porque
902 é um foro bastante rico, principalmente tratando-se de assuntos polêmicos e de repercussão bastante
903 diversificada. Mas que se resgate a figura do relator para os assuntos que podem ser tratados dentro de
904 uma esfera onde há uma análise mais significativa e para a discussão. Temos tido experiências dentro do
905 Conselho que, mesmo com discussões bastantes aprofundadas nas Câmaras Técnicas, voltam a ser
906 discutidas em profundidade no Conselho, como foi o caso da criação da Secretaria, que deliberou tempo
907 bastante significativo em discussões aqui e na Câmara Técnica. Nesse aspecto eu sou favorável a proposta
908 do Prof. Sandor de resgatar a figura do relator para assuntos de menor repercussão. **Sr. Presidente:**
909 gostaria de fazer uma proposição, em relação a esse assunto. Que a Presidência do Conselho reporte-se,
910 formalmente, aos membros das Câmara Técnicas, através de um documento específico sobre o
911 fortalecimento da presença das instituições nas reuniões. E, especificamente, em relação as Câmaras que
912 estão com problemas de quorum, esse documento fosse uma consulta formal aos membros que não têm
913 comparecido, sobre o seu interesse na continuidade ou não da sua representação, para eventual
914 substituição, de maneira que, uma Câmara não deixe de funcionar pela ausência, prejudicando os
915 interesses do Conselho, deixando de tratar assuntos que têm prazos a serem cumpridos. E que a
916 flexibilização das formas de encaminhamento, principalmente, com relação à figura do relator, fosse
917 remetida a apreciação do grupo que trata do Regimento Interno do CONSEMA. Grupo esse que tem
918 funcionado, razoavelmente bem, em função de que os instrumentos que encontraríamos aqui nesta

919 discussão, sobre a estruturação de assuntos desta plenária tem que estar traduzidas no Regimento Interno,
920 o que, aliás, é uma questão da criação de relatores de outros grupos de trabalho de instâncias
921 intermediárias. Neste sentido sugiro que fosse remetido, que fosse pautado no grupo que trata do
922 Regimento Interno, que deve estar procurando mecanismos de funcionamento efetivo das câmaras, de
923 maneira que possamos, a partir disso desobstruir os assuntos que estão, praticamente, parados em função
924 da situação da Câmaras Técnicas. Havendo o impasse na continuidade de algumas Câmaras, traremos ao
925 plenário para decidir pela sua extinção, ou pela sua reformulação, de maneira de maneira que ela possa
926 continuar funcionando. O que não podemos ter, é uma situação de paralisação de uma deliberação do
927 próprio Conselho, em função de que esses assuntos, não sendo tratados pelas Câmaras que foram
928 constituídas, pois poderiam estar sendo tratados, diretamente, pelo Pleno do Conselho. A Câmara Técnica
929 é um instrumento intermediário para facilitar os trabalhos do Plenário neste Conselho. Se existe
930 dificuldade para o seu funcionamento a Câmara deve ser extinta ou reformulada. Seriam três
931 encaminhamentos como decorrência dessa deliberação. Primeiro: o reforço geral sobre o funcionamento
932 das câmaras e isso está incluído no que determinamos a partir de agora à representação da FEPAM, ou no
933 caso da Secretaria do Meio Ambiente, a partir da sua criação, como membro efetivo de todas as câmaras,
934 entendemos que isso é fundamental para o funcionamento das mesmas, para a parte de informação,
935 produção do trabalho e para a criação de uma referência de informação. Isso também vai ser facilitado
936 com um projeto que já está sendo contratado, que é a criação de uma sala específica para reuniões do
937 Conselho e das câmaras, que vai neste andar, aqui do lado. Uma sala para as reuniões das câmaras e um
938 pequeno aporte administrativo para o funcionamento mínimo das câmaras. Especificamente, em relação as
939 que estão amparadas na fiscalização dos órgãos responsáveis pela sua parada, que são as que tem se
940 ausentado das reuniões e remeter o assunto a Câmara de Regimento Interno, esse da criação de relatores
941 ou outros elementos de facilitação. Próximo ponto de pauta é o relato sobre a Celulose Cambará, que foi
942 colocado na reunião anterior, mas que não foi tratado pelo adiantado da hora, que vai ser apresentado pelo
943 Diretor Técnico da FEPAM, Sr. Antenor Pacheco e pelo Sr. Renato Chagas, também, Técnico da
944 FEPAM. **Sr. Antenor Pacheco Netto:** a Celulose Cambará é um empreendimento que, desde o início da
945 década de 80 vem se arrastando, comprometendo todos os recursos hídricos. No ano de 1996, após uma
946 autuação por parte da FEPAM, foi firmado um Termo de Compromisso Ambiental, onde foi também
947 anexado a documentação com todas as exigências colocadas ao empreendedor, que vem atendendo,
948 regularmente, todas as solicitações das obrigações a fazer, com exceção, de que, a partir de fevereiro,
949 tinha obrigação de atender aos padrões de emissão no qual, a estação de tratamento seria concluída em
950 junho. A empresa descumpriu os padrões de emissão e termos de compromisso. E, principalmente, um
951 outro compromisso que já nos informou que deixará de atender, tendo em vista que não conseguiu
952 financiamento, com relação aos evaporadores. E os digestores do processo. Todas as demais etapas: a
953 substituição do processo, a retirada do cloro. Ao final de 1996 a empresa recebeu Licença Prévia com as
954 seguintes propostas: - instalação de cinco novos digestores para cozimento, no processo de
955 delignificação; instalação de novos evaporadores para evaporação e concentração da líxívia, que
956 possibilitaria o reaproveitamento das águas de lavagem da polpa; substituição da seqüência do
957 branqueamento, a base de cloro elementar e hipoclorito de sódio, pela seqüência oxigênio-ozônio-
958 peróxido, que eliminaria a possibilidade de contaminação com diversos compostos orgânicos
959 policlorados, entre eles a dioxina. Estas modificações, acompanhadas de uma otimização e
960 redimensionamento da estação de tratamento de afluentes líquidos industriais assegurariam o atendimento
961 à legislação ambiental, no que diz respeito aos efluentes líquidos. No final de 1997 foi firmado esse termo
962 de Compromisso ambiental em que a empresa vinha atendendo ao determinado no referido termo. O prazo
963 fixado para conclusão da implantação do novo sistema de tratamento de efluentes líquidos e alteração no
964 processo de branqueamento, foi até 20/02/99. Ultrapassaram o prazo e a conclusão das obras está prevista
965 para final do mês de junho. Com relação aos evaporadores e os digestores, a Empresa informa que
966 precisa de dez meses, em uma correspondência do mês de maio, para a implantação desses sistemas.
967 Muito embora exista esse termo de ajuste ambiental firmado com a FEPAM, a Empresa no final do ano
968 passado solicitou, conforme a Lei dos Crimes Ambientais nº 9605/98, a fixação de um novo termo de
969 ajuste das suas obrigações para com a FEPAM. Com essas considerações e, em cima de todo o seu

970 histórico, está sendo avaliada a questão de firmar esse novo termo de ajuste com a empresa. **Sr. Renato**
971 **das Chagas:** a grande diferença para outros termos que a Celulose Cambará firmou, não só com a
972 FEPAM, mas com o Ministério Público, em duas ou três oportunidades, da qual a FEPAM não participou,
973 participou só como fiscal para verificar e fazíamos as vistorias, no início dos anos 90, para esse termo
974 firmado em novembro de 1997, é que diversas etapas importantes foram cumpridas, conforme ofício
975 encaminham em 20 de maio. A empresa informa que o *startemp* da modificação do branqueamento
976 aconteceria no dia 15 de junho e que o do novo sistema de tratamento de efluentes líquidos, ocorreria no
977 final de junho. Não confirmamos isso, devemos, em julho fazer uma vistoria para confirmar. Existe duas
978 grandes pendências que é a questão dos digestores e dos evaporadores, que terão condições de retirar toda
979 a carga que o rio ainda recebe hoje, não com 100% de tratamento. Dentro do histórico que ocorria, a
980 diferença é essa. A outra colocação que poderíamos fazer é o quanto de ganho vai se ter. Será necessário
981 mais um prazo nessa questão de processo industrial que, com certeza essa ETI não suporta o lançamento
982 da lixívia que não é reaproveitada. Realmente, esse prazo a mais que eles têm eles vão continuar,
983 digamos, não cumprindo a pleno a legislação ambiental. Toda a parte legal tem que ser vista, porque eles
984 assinaram um termo, são passíveis de penalidades, porém, eles entraram em tempo hábil com um pedido
985 de firmamento de um novo termo em cima de uma nova legislação que não existia, quando do firmamento
986 desta. Tanto a parte técnica como aparte jurídica está sendo revisada. **Sr. Antenor Pacheco:** com relação
987 a este último ofício, de maio, como prazo de vencimento, para a instalação dos evaporadores e digestores,
988 seria em novembro e como eles pedem dez meses a partir de maio, significa a prorrogação por quatro
989 meses para eles estarem em plenas condições de atender esse termo de ajuste que eles firmaram conosco.
990 **Sr. Hugo Springer:** a Celulose Cambará enviou ao representante titular da FIERGS, uma
991 correspondência com o assunto exposto. Este documento acrescenta os valores dos investimentos e
992 reforça que várias exigências já foram atendidas, mas que falta, realmente, os pontos 2.1, 2.2, 2.4 do
993 termo, necessitando de um tempo a mais. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** quando falei e,
994 aqui estão as fotografias, de março deste ano e setembro de 1983, do Arroio Santana, o ponto onde a
995 Celulose Cambará solta os seus dejetos. Pedi que as fotos fossem observadas com cuidado (mostra a
996 fotografia). O antigo DMA, recebeu em 1979, a primeira denúncia contra a Celulose Cambará, foi feita
997 pela AGAPAN. Essa fábrica deve ter 55 anos e, até 1992, não tinha qualquer tratamento de efluentes. Em
998 1991 algumas pessoas, junto com a Brigada Militar, com o Batalhão Ambiental, foram até Cambará e
999 fecharam a fábrica. Na época, o IBAMA apoiou a iniciativa e a embargou. A fábrica ficou fechada
1000 durante um mês. Por decisão do Ministério Público foi feito um acordo e a empresa reabriu e está
1001 funcionando até hoje. Com relação a FIERGS, eu acho, extremamente, importante a participação desta
1002 entidade pois, trata-se de uma concorrência desleal. Considerando que é uma fábrica que está tendo lucro
1003 em cima do meio ambiente, enquanto que outras tanta investiram, para resolver seus problemas. Desde
1004 1991, a Celulose Cambará vem fazendo acordo, um atrás do outro. Normalmente, não os cumpre,
1005 alegando falta de recursos, não é multada, com exceção de um em um ano, aqui nesta documentação da
1006 FEPAM esclarece que ela cita valores, não sei se a multa foi paga. Eles ficaram uns dois anos recorrendo
1007 a essa sanção administrativa. No acordo de 1997, havia uma solicitação para que fosse firmado, também,
1008 no Ministério Público, que se negou a participar do mesmo. Passados nove anos, está na hora da FEPAM
1009 tomar uma decisão mais forte sobre o assunto. Algumas exigências foram cumpridas mas a destinação
1010 final de todos os resíduos sólidos gerados na atividade industrial, não foi cumprida. Comparamos com a
1011 RIOCELL, que sempre foi o foco de luta do Movimento Ambiental Gaúcho, da sociedade pois, a
1012 RIOCELL, pode ter tudo e a Celulose Cambará não faz nada? A RIOCELL está na ponta da Bacia do
1013 Guaíba, a Celulose Cambará está na nascente. Por incrível que pareça, é um rio que quanto mais perto
1014 chega da nascente mais poluído está. Eu trouxe este assunto para o CONSEMA, para que possamos tirar
1015 uma diretriz, no sentido de que essa empresa seja penalizada de alguma forma. Talvez com alguma
1016 restrição de suas atividades, aplicação de multas enfim, alguma coisa deve ser feita, sob o risco de
1017 continuar alegando falta de recursos para continuar contaminando o rio. Nós tivemos uma experiência há
1018 alguns anos com a AVIPAL que, para não causar desemprego foi feito um acordo. Solicito que o
1019 CONSEMA se sensibilize com essa questão e apoie a FEPAM, no sentido de tomar uma atitude mais
1020 drástica com relação a esse assunto. Sra. Lúcia Anello: a informação que nós temos é que a Medida

1021 Provisória nº 1710/98, 7/8/98, não foi reeditada, está vencida. Na realidade essa solicitação de prazo, não
1022 tem amparo legal. Qualquer acordo de ampliação de prazo tem que ter uma base legal. **Sr. Antenor**
1023 **Pacheco:** a empresa entrou com a solicitação antes do prazo final da Medida Provisória, antes de
1024 31.12.98. **Sra. Edi Fonseca:** os termos da empresa, feitos junto a FEPAM não são usuais para o porte da
1025 Celulose Cambará, como outras empresas que, geralmente o procedimento é o fechamento ou multa, etc.
1026 A FEPAM deveria usar os instrumentos legais, como a Lei dos Crimes Ambientais, e culminar com o
1027 fechamento da empresa, que teve tempo suficiente para se adequar as novas técnicas ambientais. Acho
1028 que não podemos mais ser coniventes com dano que a Celulose Cambará já causou. É esse o nosso
1029 posicionamento. **Sr. Paulo Müller:** uma indagação que se faria e que os Técnicos da FEPAM poderiam
1030 responder. Qual a evolução que teve em relação aos efluentes que estão sendo lançados no arroio? Houve
1031 uma redução da carga? Que redução foi essa e melhorou as condições do arroio? Baseado nisso que temos
1032 que tomar atitudes, pois essas coisas não podem ficar oito anos assim. Por outro lado, se foi feita alguma
1033 coisa, se essa redução foi significativa, se houve um avanço nesta questão, também é a questão de
1034 analisarmos. **Sr. Antenor Pacheco:** concordo com a Sra. Kathia Monteiro, de que essa empresa também
1035 está em uma péssima localização, em uma área de nascente, contaminando os principais recursos hídricos
1036 do Estado do Rio Grande do Sul, desde a década de 50. E é admissível achar que controlar seus resíduos
1037 sólidos no final do século XX alguma coisa vai resolver. Agora, tendo em vista toda essa questão que hoje
1038 se discute, principalmente, a questão de poluentes perigosos, como dioxina, o fato de eles já terem
1039 atendido a alteração da substituição do cloro molecular, ambientalmente, é um grande avanço. Outro
1040 avanço vamos poder medir com a conclusão da estação de tratamento, o quão significativo vai ser a
1041 eficácia de remoção dos poluentes. Podemos medir, a partir de agora, quando a estação estiver concluída.
1042 A retirada de lixívia, não tendo sido instalados os evaporadores, está prevista, somente, para daqui a nove
1043 meses, mesmo com a estação de tratamento, a avaliação dos técnicos é de que muito pouco provável de
1044 que a estação de tratamento virá ter uma eficiência de modo que os padrões de emissão vão ser atingidos,
1045 devendo ser atingido em novembro, dezembro, janeiro ou março do ano 2000. **Sr. Paulo Müller:** Com
1046 essa estação em funcionamento ela vai chegar, mais ou menos aos padrões. **Sr. Antenor Pacheco:** está
1047 previsto a alteração do processo produtivo com a retirada do cloro elementar. Está previsto, também, a
1048 construção de uma estação de tratamento, com conclusão para o final do mês. **Sr. Renato Chagas:** Os
1049 evaporadores são fundamentais, pois vai possibilitar a retirada total da lixívia e o encaminhamento a uma
1050 empresa que trabalha agregada a eles. **Sr. Antenor Pacheco:** é de se esperar que, enquanto não houver a
1051 remoção total dessa lixívia eles não irão atender os padrões de emissão. **Sra. Kathia Monteiro:** no
1052 acordo feito, deveriam cumprir vários itens, os cinco primeiros são bem específicos, com relação aos
1053 efluentes, líquidos e sólidos, quatro venciam no final de fevereiro deste ano. Nenhum deles foi cumprido
1054 no prazo. O que tinham que fazer no final de fevereiro está sendo feito agora no mês de junho. Estão
1055 solicitando prorrogação do prazo e, não estão apresentando garantia de que conseguiram o dinheiro.
1056 Pedirão prorrogação por um ano para colocar os novos digestores. Até o final de fevereiro do ano 2000
1057 teriam que estar com *os digestores* prontos. Já conseguiram dinheiro para isso? Já estão fazendo a obra?
1058 Eles têm uma comunidade inteira sob refém. **Sr. Presidente:** a forma como isso está sendo avaliada, em
1059 relação a questão de prazo e melhorias, são sempre situações que envolvem medidas administrativas e
1060 negociações. As proposições estão sendo avaliadas, estudando as formas de implementação dos itens do
1061 acordo. E quando está assinalado que se em um prazo curto vai cumprir, trabalha-se com flexibilização de
1062 prazos para a instalação, desde que assegurado de que se vai cumprir o termo. O caso da AVIPAL que foi
1063 ilustrativo disso, onde envolveu a Prefeitura de Porto Alegre, a FEPAM e o Ministério Público, nós todos
1064 acompanhamos que alguns dos prazos tiveram que ser refeitos, de acordo com o inicial. E a síntese final
1065 foi bastante positiva. Não se recebeu mais reclamações depois das medidas que lá foram adotadas. No
1066 caso da Cambará há um elemento agregado, levantado pela empresa, e que para nós não é significativo,
1067 mas que a empresa tem levantado, que foi uma conversação com a direção anterior da FEPAM, de ter
1068 direcionado a empresa a buscar recursos em um Fundo hipoteticamente existente, viabilizado pelo BNDES,
1069 onde segundo a empresa ela teria sido orientada a procurar o BRDE, uma instituição financiadora para
1070 buscar o Fundo, fruto de um convênio entre a FIERGS, FEPAM, e Pró-Guaíba, no sentido de se
1071 disponibilizar cento e cinquenta milhões para investimento em projetos de controle com relação a

1072 poluição industrial. Esse convênio foi firmado em 1997 e não foi implementado até o presente momento,
1073 porque não foi dado a seqüência das negociações relativos a localização de um agente financiador
1074 intermediário, que pudesse fazer a facilitação desse processo, que seria o BANRISUL, um Banco privado
1075 ou o BRDE. E houve um encaminhamento, é isso eu está sendo relatado aqui, um encaminhamento da
1076 empresa solicitando esses recursos ao BRDE. O fruto dessa orientação em que a empresa alega ter sido
1077 dado pela direção da FEPAM foi infrutífero, foi improdutivo e portanto, procurou-se o agente errado para
1078 o financiamento. Nesse momento nós estamos retomando as conversações em torno e um agente que faça,
1079 que cumpra esse papel de efetividade. Mas a curto prazo não é a solução para a captação desse recurso. A
1080 captação de recurso é um problema da empresa. Nós estamos fazendo uma avaliação cuidadosa disso, no
1081 sentido de tomar as medidas administrativas adequadas nos momentos adequados, trabalhando sempre
1082 coerente que é melhor resolver os assuntos nas esfera administrativa do que na esfera judicial. A
1083 experiência tem nos mostrado que em situações onde a precipitação de determinadas medidas leva,
1084 transfere a questão para o enfrentamento judicial, em uma tramitação muito longa que não incide sobre a
1085 resolução do impacto causado pelas empresas e que transfere essas tratativas a uma esfera que não está ao
1086 nosso alcance para a resolução da situação colocada. A situação da Cambará é uma situação entre muitas
1087 que estão sendo conduzidas pela FEPAM nesse sentido. Essa foi uma das poucas empresas que reportou a
1088 medida provisória aqui no Rio Grande do Sul, completamente diferente do caso de São Paulo, onde
1089 centenas de empresas fizeram, reportaram o termo de compromisso. E nós estamos estuando de parte da
1090 direção quais os elementos de medida administrativa para fazer com que o acordo seja cumprido,
1091 inclusive com as próprias penalidades previstas no acordo que estabelece penalidades para o
1092 descumprimento. A flexibilização trabalha com a idéia de concretização das medidas acertadas, além
1093 disso devem ser tomadas medidas cabíveis para que o acordo seja cumprido. Este é o posicionamento
1094 atual da FEPAM. Pela complexidade do assunto e pelo fato de que existe um cumprimento parcial de que
1095 no cronograma os principais elementos que já se está anunciando que terá dificuldades em cumprimento
1096 de prazo estão dado mais para o final do ano . Nós estamos fazendo essa avaliação enquanto esperamos
1097 esses elementos. **Sr. Sandor Arvino Grehs:** Mais um esclarecimento em nível técnico. Na última página
1098 do documento que os Senhores entregaram aqui sobre o histórico. - substituição da seqüência do
1099 branqueamento, a base de cloro elementar e hipoclorito de sódio pela seqüência oxigênio/ozônio/peróxido,
1100 que eliminaria a possibilidade de contaminação com diversos compostos orgânicos policlorados, entre
1101 eles a dioxina. A minha pergunta é a seguinte: houve constatação de que há essa contaminação, incluída a
1102 dioxina no monitoramento. **Sr. Renato Chagas:** Eu não posso afirmar. Mas por isso que a FEPAM
1103 firmou pé na questão de eles tratarem regularmente ou fazerem a substituição da seqüência do
1104 branqueamento. **Sr. Sandor Arvino Grehs:** eu coloco o seguinte: não é a minha área de atuação, mas há
1105 grande chance de ter dioxina e, como termos problemas em nível internacional com relação a dioxina, a
1106 minha pergunta seria a seguinte: vamos admitir que daqui há dez meses, que é o previsto, e se eles não
1107 conseguirem diminuir, no sentido de nível tolerável, qual a medida que a FEPAM vai tomar? **Sr. Renato**
1108 **Chagas:** a Empresa vai estar sabendo de todas as medidas tomadas, porque eles assumiram na íntegra o
1109 acordo. Eu diria que a questão de orgânicos policlorados, eles abandonando o cloro, tu não tens mais o
1110 cloro para formar o composto orgânico clorato. A seqüência deles agora, a partir de 15 de junho é a base
1111 de oxigênio, não tem mais cloro. A Celulose Cambará, se cumpriu o último ofício de 20 de maio, o qual
1112 informa que o estado da seqüência de branqueamento, que foi um acordo, que passariam a base de
1113 oxigênio, a partir do dia 15, passado, não existe mais essa possibilidade, porque não tem a molécula cloro
1114 no processo industrial. Isso é o passado acabou, se existiu no passado hoje não existe mais. Agora, a
1115 questão da carga orgânica, eles não cumprindo, atrasando um pouco, porque a nossa preocupação agora
1116 são com poluentes prioritários no qual se inclui os orgânicos policlorados, etc. Isso estaria solucionado.
1117 Porém, a carga orgânica que o Santana recebe, até eles implementarem as modificações de processo
1118 industrial, que entenda-se evaporadores, digestores, etc. **Sr. Sandor Grehs:** queria reforçar que concordo
1119 com o Presidente, quando ele diz que tem que se procurar a nível administrativo a solução. Só que,
1120 durante oito anos estamos assistindo a nível administrativos. **Sr. Renato Chagas:** posso fazer uma
1121 colocação a nível histórico? Durante esses quinze anos a FEPAM, a nível administrativo ficou alijada do
1122 processo, porque em 1981, quando a Kathia colocou que o Ministério Público firmou um termo de

1123 compromisso, esse Ministério Público foi firmado à revelia da posição da FEPAM, na época. Eu atuava
1124 diretamente nesse processo administrativo, depois como eu tive que passar para o DMA eu me inteirei.
1125 Então, esse acordo que eles tiveram com o Ministério Público e depois foi renovado, a FEPAM não
1126 participou desse acordo, inclusive a FEPAM colocava que aquilo era uma piada. Eles colocaram os fiscais
1127 no cumprimento do acordo. Tinha um colega nosso, já falecido, que brincava, cada vez que ele saía para
1128 fazer a vistoria na Celulose Cambará, lá por 94, dizia que ia passear para depois voltar e colocar no papel
1129 que não estava sendo feito nada. Ou seja, tem um espaço de tempo, um período, um espaço temporal que
1130 as esferas administrativas também não foram usadas, ficou na esfera judicial que também não resolveu o
1131 problema. Aí retornou em 1996, a FEPAM autuou a empresa, interditou a nível administrativo, eles
1132 recorreram as três instâncias possíveis. Não foram a nível de governador, mas foram a nível de Secretário
1133 de Estado e aí firmou-se esse termo de compromisso. **Sra. Edi Fonseca:** a preocupação que eu tenho é
1134 que tu disseste que está descartada a possibilidade de dioxina. Se teve, agora não vai ter mais. Nós
1135 sabemos que a dioxina não evapora, se evaporar está no ar, mas elas estão em sedimentos. Se a FEPAM
1136 não tem condições de analisar ela tem que exigir da empresa que faça essa análise. **Sr. Renato Chagas:**
1137 nesse termo de compromisso eles têm o acompanhamento da qualidade do rio, não a nível desse tipo de
1138 análise, até porque a dioxina, tu tens que fazer uma coleta, é complicado. A FEPAM é o único laboratório
1139 do Brasil que tem treinamento para coletar, tem técnicos capacitados, treinados e equipamentos para
1140 coletar. E isso a gente faz na RIOCELL. Coleta se duas vezes por ano e manda-se para o exterior. Na
1141 questão da Celulose Cambará, como nós temos um aparelho para medir a AOX e na medida de AOX nós
1142 temos aí um padrão, um parâmetro que já nos satisfazia. Então o que se fez? Partiu-se para exigir da
1143 empresa. É lógico que não quer dizer que esse controle ambiental que vai se exigir da empresa para ver se
1144 o rio já se recuperou, se houve um equilíbrio ambiental, vai parar aí. Isso é o que vamos avaliar, se vamos
1145 receber os resultados deles. Agora, mudando o *status quo* da empresa nós vamos partir para isso. Com
1146 certeza nós vamos manter a Celulose Cambará durante um bom período monitorando as condições
1147 ambientais do rio para baixo, do que ela causou. Essa é uma preocupação nossa e é um estudo que é
1148 avaliado. Antes sabia-se que o problema existia e não mudava nada. Agora não, agora muda-se de fato. E
1149 ver se vai se recuperar, se não vai se recuperar. **Sra. Edi Fonseca:** O problema é o dano ambiental
1150 causado. Quem vai pagar? É o poder público que vai pagar a recuperação? **Sr. Renato Chagas:** Isso vai
1151 ser cobrado da empresa. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** é que aqui não fala em
1152 recuperação. **Sr. Renato Chagas:** mas fala em monitoramento. O monitoramento é que vai dizer se há ou
1153 não há necessidade de alguma recuperação. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** mas pelo
1154 monitoramento que vocês tem, vocês não estão pedindo a recuperação. Porque a poluição lá é tão óbvia,
1155 que não haveria necessidade de se buscar uma análise de dioxina, porque é óbvio aquilo ali. E eles não
1156 tratavam os resíduos, ia tudo direto para o rio. Tinha uma estação de tratamento muito pequena. Pelas
1157 fotografias vocês vêem que de 93 a 99, não houve mudança nenhuma, depois que foi instalado o que eles
1158 chamam de estação de tratamento. **Sra. Edi Fonseca:** queria responder a tua pergunta, aquela de que há
1159 muitos anos eles não cumprem acordo nenhum, no caso de eles não conseguirem financiamento, qual a
1160 garantia. Eu gostaria de responder pelo próprio ofício, pelas palavras da empresa, que coloca assim:
1161 "Finalmente queremos ressaltar que até o momento não obtivemos nenhum financiamento para a
1162 implantação dos projetos a cima. E afim de executá-los somente com recursos próprios, iremos solicitar
1163 de doze meses para os digestores e doze meses para os evaporadores. Lembramos que essas provisões se
1164 fazem, considerando a situação de mercado estável para o setor em que atuamos. **Sra. Kathia Maria**
1165 **Vasconcellos Monteiro:** eles vão dizer o que já disseram antes. Eles pedem para não pagar multa, porque
1166 se tiverem que pagar multas eles não podem ter o dinheiro para fazer a instalação exigida. Eles já
1167 disseram isso. Pediram e tiveram a multa perdoada, para poderem instalar os equipamentos. **Tem. Cel.**
1168 **Nelsonhoner da Rocha:** já foram muito complacente com a empresa, todo esse tempo causando dano ao
1169 meio ambiente. Se não conseguiram recursos, é problema administrativo e o meio ambiente e a sociedade,
1170 como um todo, não podem pagar por isso. Devemos pensar também no campo econômico, na questão do
1171 desemprego. É necessário que o órgão ambiental se posicione e acione, dentro dos dispositivos legais, as
1172 cobranças referentes aos danos que têm sido praticado. E o atraso se justifica em termos, porque se for
1173 feito um pedido a um órgão que não tinha competência para fornecer, o agente deve ser intimado e pagar

1174 por isso. A questão deve ser estudar, em função do desemprego que pode ocorrer, mas a administração do
1175 órgão tem que ser responsabilizada. A Lei deve ser aplicada, dentro do seu limite, usando o bom senso,
1176 mas temos que penalizá-los. **Sr. Sandor Arvino Grehs:** existe um passivo acumulado no rio em
1177 sedimentos, cujos efeitos vão durar décadas. Esse tipo de preocupação, pelo menos a futura Secretaria do
1178 Meio Ambiente ou a própria FEPAM teria que ter, no sentido de monitorar. Porque se existia só uma
1179 fonte de possíveis danos, existe uma dano acumulado. Temos que fazer valer, o dano já causado, para
1180 garantir às futuras gerações um meio ambiente sustentável. Não sabemos o impacto que houve, mas
1181 podemos saber a sua origem, já que está na cabeceira. Essa deveria ser uma preocupação da futura
1182 Secretaria do Meio Ambiente de não deixar passar isso em branco. **Sra. Edi Fonseca:** existe o
1183 instrumento legal, a Lei dos Crimes Ambientais, e deve ser usada. **Sr. Presidente:** vamos nos debruçar no
1184 passivo, mas a prioridade é que a empresa esteja adequada, porque se ela não estiver adequada à
1185 legislação ela não pode funcionar. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** já romperam o acordo.
1186 **Sr. Presidente:** estamos avaliando quais serão as medidas administrativas em relação a isso. Achamos que
1187 o atraso em algum dos prazos de implementação das medidas que estão sendo implementadas, pode ser
1188 absorvida no fluxo administrativo. Não é uma posição incomum do órgão ambiental, é normal que alguns
1189 prazos, dentro do razoável, sejam flexibilizados. E todas as medidas se aplicam exatamente a isso, a
1190 questão da razoabilidade. Entendemos que o cumprimento do acordo é fundamental e que o problema dos
1191 recursos para o cumprimento do acordo é um problema da empresa. Consideramos inadequada a
1192 orientação dada para busca de agente financeiro, foi colocada de maneira informal no processo. Está
1193 formalizado pela empresa, porque achamos que pode usar de todos os meios necessários para buscar os
1194 recursos, mas ao órgão ambiental não cabe essa orientação. Nós deixamos disponível aos membros do
1195 Conselho para que esse assunto seja reportado novamente aqui com a informação das medidas que serão
1196 decididas pela administração da FEPAM. Hoje não há uma decisão sobre quais as medidas adotadas. É
1197 importante debruçarmos sobre o cenário total do acordo e não sobre as medidas pontuais do mesmo.
1198 Temos que chegar ao saldo total do processo. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** solicitaria que
1199 as medida que forem tomadas sejam apresentadas ao CONSEMA, o mais rápido possível, no momento ,
1200 das suas decisões, inclusive, e principalmente, com relação as penalidades. **Ten. Cel. Nelsonhoner da**
1201 **Rocha:** o laudo Técnico também tem que ter o cuidado por causa da co-autoria. Quando existe o prazo
1202 previsto no contrato e não se manifesta, não toma uma providência, ele está sujeito também a ser cobrado
1203 depois em relação aos danos. Então tem que ter esse cuidado. Medidas de tolerâncias, às vezes, podem
1204 causar problemas até ao órgão público, o agente que é responsável pela fiscalização por não ter tomado
1205 providência a contento. Na medida em que estivermos dialogando, cobrando, documentando, ainda
1206 estamos sujeitos a debater a co-autoria. Então devemos ter o cuidado, porque poderemos ter problemas
1207 nesse sentido se não documentarmos, não colocarmos no papel as tratativas referente ao caso. **Sr.**
1208 **Presidente:** acolhemos a sugestão e temos claro, pois o ônus sobre encaminhamento de processo desse
1209 tipo é sempre do órgão ambiental. As medidas que forem tomadas serão repassadas ao CONSEMA.
1210 Tínhamos um ponto solicitado pela FAMURS, mas esta teve que ausentar-se. Ficou como alternativa a
1211 alteração do Código Florestal. De maneira muito sucinta o governo firmou posicionamento em relação a
1212 isso na Assembléia Legislativa. E é um posicionamento de acordo com a FAMURS em relação
1213 modificação do art. 18 do Código Florestal, isentando determinados agentes de manter florestas plantadas
1214 para a exploração racional. A FAMURS, muito sucintamente solicita ao Conselho que estuda isso e
1215 solicita ao Deputado Paulo Azeredo, que é o autor do projeto, que retire para discussão e aperfeiçoamento
1216 desse item, em virtude inclusive de que está em andamento no Estado o inventário florestal que
1217 possibilitaria, a partir desse cenário, que se tomassem medidas considerando a disponibilidade florestal
1218 existente no Estado do Rio Grande do Sul. Tratativas estão sendo feitas, através de várias bancadas da
1219 Assembléia Legislativa, e há uma disponibilidade inicial, de parte do Dep. Paulo Azeredo de retirar o seu
1220 Projeto de Lei da Ordem do Dia ,para aprofundamento do assunto. Era esse o assunto pautado pela
1221 FAMURS, solicitado ao presidente do CONSEMA, e que está impossibilitado de entrar em pauta. De
1222 qualquer forma nós nos colocamos disponíveis a informar os Conselheiros sobre esse assunto. E com isso
1223 nós encerramos a reunião, agradecendo a persistência de todos. E antes deixamos como indicativo a
1224 realização da nossa próxima reunião ordinária em um período de trinta dias. **Sra. Kathia Monteiro:**

1225 solicitei que fosse enviado à Presidência do IBAMA uma correspondência sobre ausência do mesmo nas
1226 reuniões do CONSEMA. Gostaria de saber se chegou a ser enviado e se o IBAMA respondeu? **Sr**
1227 **Presidente:** não foi feito o encaminhamento ao IBAMA. Nós conversamos, informalmente, com o
1228 IBAMA sobre isso. E foi explicada a ausência que foi em função da inspeção, junto a superintendência
1229 Estadual. E nós fomos procedentes com a solicitação que foi feita. Com relação ao Ministério Público,
1230 nós nos reunimos nesta semana com a Dra. Simone, que também colocou essa solicitação, colocamos a
1231 ela, ainda que de maneira informal, de que haveria reunião hoje e que eles estaria convidada a
1232 acompanhar. Ela passará a acompanhar, ou a sua representação, ordinariamente as reuniões do
1233 CONSEMA. Foi feito convite e será oficializada na próxima semana. **Sra. Edi Fonseca:** a AGAPAN
1234 mandou uma correspondência em 12 de maio ao Presidente da FEPAM, em relação ao licenciamento e
1235 operação para a duplicação do Polo Petroquímico. Gostaríamos que a FEPAM nos colocasse a par.
1236 Solicitamos que não fosse dado o Termo de operação. E em segundo lugar, solicitamos que os
1237 encaminhamentos que fossem dados nos fosse comunicado. Até o momento não recebemos nenhuma
1238 comunicação da FEPAM. Eu gostaria de ter o retorno já faz dois meses. **Sr. Presidente:** nós colocamos a
1239 posição da FEPAM sobre isso e não foi informado a AGAPAN, porque não havia até o momento decisão
1240 administrativa sobre esse assuntos. Trata-se de um projeto complexo e se houver interesse pode ser
1241 tratado neste Conselho para ser informado com relação a isso. Trata-se de um licenciamento de operação
1242 que decorre de uma licença de instalação já concedida à empresa, que já está com as obras prontas. Nós
1243 podemos informar à AGAPAN, em detalhes, sobre isso. E a nossa decisão de que o licenciamento de
1244 operação seja dado a empresa, considerando todos os requisitos e condicionantes necessários para o
1245 aprofundamento dos estudos em relação especificamente sobre esses aspectos referidos pela AGAPAN,
1246 muito resumidamente, em função de que os estudos dos quais dispomos não nos permitem compor um
1247 cenário conclusivo em relação a situação ambiental da região e a possíveis fontes emissoras, em relação
1248 ao empreendimento. Claro que nós estamos considerando isso com um grau de prioridade muito
1249 significativo, em função de dois elementos. O primeiro é de que nós entendemos que é preciso, a curto
1250 prazo, que o Brasil passe a ter uma legislação estabelecendo padrões de emissão para poluentes desse
1251 tipo. O Brasil não tem lei sobre isso e nós trabalhamos com referências internacionais. Em segundo lugar
1252 que não há aporte técnico nacional em relação a isso, é um cenário complexo, já experimentado a nível da
1253 RIOCELL e a FEPAM está trabalhando no sentido de se capacitar para poder fazer um acompanhamento
1254 de empreendimentos complexos e de poluentes, que nós chamamos de poluentes complexos. Essa é a
1255 situação atual e nos colocamos à disposição da AGAPAN, independente de trazer essa pauta ao Conselho,
1256 mas para prestar maiores esclarecimentos. **Sra. Edi Fonseca:** uma vez que existem vários
1257 empreendimentos que vão poluir a região metropolitana ,especificamente, com dioxinas. É um conjunto
1258 de empresas. Eu acho que nisso aí é que a FEPAM tem que estar atenta, para esses empreendimentos
1259 todos instalados na Grande Porto Alegre. **Sr. Presidente:** Nós estamos acolhendo isso, pois nos
1260 preocupamos e nos interessa discutir no Conselhos. Vamos discutir duas questões, sendo que a primeira é
1261 o estabelecimento de padrões que permitam o enquadramento da empresa em relação a isso . Do ponto de
1262 vista jurídico não há padrão existente. E o segundo é da criação do aporte técnico interno e externo para
1263 que esses elementos sejam avaliados. Representante da CLEPEI: na última reunião em que o Movimento
1264 Ambientalista Gaúcho participou, uma das pautas se relacionava a uma questão deste Conselho com
1265 relação ao transporte de cargas tóxicas no estado. E foi tomada a decisão em função daquele caso
1266 acontecido em Rio Grande no Vale do Pavão (?). O prazo já devia ter acabado para que a resposta fosse
1267 dada ao Conselho. E o Conselho havia estabelecido a cobrança de multas a partir do vencimento desse
1268 prazo. Isso não estava sendo cobrado e em função disso o Movimento encaminhou a solicitação ao
1269 Conselho. Foi tomada algumas medida em relação a isso? **Sr. Presidente:** existe a deliberação da Câmara
1270 Técnica em relação a isso cabia a FEPAM, a época estabelecer o termo de referência para apresentação
1271 dos planos. Esse termo de referência não foi produzido. Esses prazos venceram no início do ano, mas
1272 estamos discutindo internamente a melhor forma de conduzir aquela resolução, trabalhando com a idéia
1273 do plano de referência e trabalhando com a edição de uma medida legal que estabeleça novos prazos. Em
1274 função de que os Portos não cumpriram essa determinação, mas em parte significativa a responsabilidade
1275 foi da própria FEPAM que não produziu o termo de referência para esses estudos. Estamos avaliando a

1276 solicitação do Movimento. Achamos que isso deva ser incorporar elementos novos de articulação, de
1277 fiscalização preventiva em função, inclusive dos incidente ocorridos depois disso, e agora novamente com
1278 um navio carregando ácido sulfúrico que foi flagrado no porto. Estivemos ontem conversando com a
1279 Capitania dos Portos sobre isso, que está fazendo algumas sugestões sobre o enquadramento de navios
1280 químicos em procedimento de vistorias pré-entrada nas barras, de maneira que se evite a entrada para que
1281 se possa preventivamente evitar novos acidentes. São elementos novos em decorrência da experiência
1282 com esses dois incidentes que aconteceram, mas nós não temos um encaminhamento definitivo em relação
1283 a isso, que deverá compreender uma nova notificação seguida do termo de referência para todos os portos,
1284 para que adotem os planos e apresentem os planos em um prazo determinado. Nada mais havendo a tratar,
1285 a reunião foi encerrada às dezoito horas e treze minutos. Nada mais havendo a registrar, lavrei a presente
1286 ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes à reunião.